

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS DE IMPERATRIZ – CCIM
CURSO DE DIREITO**

ANNA CAROLINE CARVALHO E SILVA

**ANÁLISE DAS LEIS FEDERAIS Nº 12.764/2012 E 13.146/2015 E A EDUCAÇÃO
INCLUSIVA: um estudo da aplicabilidade em uma escola de educação infantil no Município
de Imperatriz/MA**

Imperatriz
2023

ANNA CAROLINE CARVALHO E SILVA

ANÁLISE DAS LEIS FEDERAIS Nº 12.764/2012 E 13.146/2015 E A EDUCAÇÃO INCLUSIVA: um estudo da aplicabilidade em uma escola de educação infantil no Município de Imperatriz/MA

Monografia apresentada ao Curso de Direito da Universidade Federal do Maranhão, como requisito para obtenção do grau de Bacharel em Direito.

Orientadora: Profa. Dra. Paula Regina Pereira dos Santos Marques Dias.

Imperatriz
2023

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

Carvalho e Silva, Anna Caroline.

ANÁLISE DAS LEIS FEDERAIS N° 12.764/2012 E 13.146/2015
E A EDUCAÇÃO INCLUSIVA : um estudo da aplicabilidade em
uma escola de educação infantil no Município de
Imperatriz/MA / Anna Caroline Carvalho e Silva. - 2023.
69 p.

Orientador(a): Profa. Dra. Paula Regina Pereira dos
Santos Marques Dias.

Monografia (Graduação) - Curso de Direito, Universidade
Federal do Maranhão, IMPERATRIZ(C.IMPERATRIZ) - MA, 2023.

1. Inclusão. 2. Legislação. 3. Metodologias. 4.
Professores. 5. Transtorno do Espectro Autista. I.
Pereira dos Santos Marques Dias, Profa. Dra. Paula Regina.
II. Título.

ANNA CAROLINE CARVALHO E SILVA

ANÁLISE DAS LEIS FEDERAIS Nº 12.764/2012 E 13.146/2015 E A EDUCAÇÃO INCLUSIVA: um estudo da aplicabilidade em uma escola de educação infantil no Município de Imperatriz/MA

Monografia apresentada ao Curso de Direito da Universidade Federal do Maranhão, como requisito para obtenção do grau de Bacharel em Direito.

Aprovado(a) em: 14 / 12 / 2023, às 09:45 horas.

Nota: 10 (Dez)

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Paula Regina Pereira dos Santos Marques Dias
Orientadora
UFMA

Profa. Ma. Sarah Lamarck
UFMA

Prof. Esp. Gabriel Araújo Leite
UFMA

Dedico este trabalho aos meus pais, à minha mãe Antônia Carvalho e Silva e ao meu pai José Lima e Silva Filho (in memoriam), por serem os principais motivadores da minha formação acadêmica, que com seus conselhos não me deixaram desistir e foram os meus principais incentivadores nos momentos difíceis para prosseguir na conclusão desse trabalho.

AGRADECIMENTOS

A Deus por ser a razão da minha fé e fonte de esperança.

À minha família, meu pai José Lima e Silva Filho (in memoriam), minha mãe Antônia Carvalho e Silva e minha irmã Márcia Gabriele Carvalho e Silva que nos momentos de desânimo e cansaço sempre estiveram ao meu lado, me incentivando.

A Prof^ª. Dra. Paula Regina Pereira dos Santos Marques Dias que com seus conhecimentos e experiências proporcionou as orientações para a conclusão desse trabalho.

RESUMO

A Educação Inclusiva é resultado de diversas ações que buscaram integrar as pessoas com deficiência ao ensino regular por meio de uma oferta de educação de qualidade com igualdade de condições para todos, e para incluir crianças com TEA o processo não é diferente. Diante disso, objetivou-se nesse estudo investigar se em uma escola de educação infantil do município de Imperatriz – MA tem sido aplicada as Leis Federais nº 12.764/2012 e nº 13.146/2015. Em relação a metodologia, a investigação no que tange aos meios foi bibliográfica, documental e de campo. A população foi compreendida como uma escola de educação infantil do município de Imperatriz – MA, e no que se refere a amostra, essa foi compreendida como professores e professoras dessa instituição totalizando 15 professores e 1 coordenadora. Os resultados mostraram que existem determinados desafios em relação ao conhecimento das professoras sobre Transtorno do Espectro Autista – TEA, carência de recursos (Atendimento Educacional Especializado; sala de recurso), superlotação de alunos autistas na sala de aula; falta de apoio da Secretaria de Educação; falta de formação dos professores, agressividade e recusa em realizar as tarefas; resistência dos pais em relação ao diagnósticos dos filhos foram as principais dificuldades enfrentadas pelos professores no processo de ensino das crianças com TEA na educação infantil. Conclui-se que apesar da inclusão estar se fazendo presente nas escolas, os professores ainda enfrentam vários obstáculos por não saber como lidar com o crescente número de crianças com as características e dificuldades apresentadas neste espectro do TEA, por isso, não se pode deixar de destacar a importância da capacitação dos profissionais educadores e um ambiente propício, para que estes possam proporcionar um ensino de qualidade as crianças com esse diagnóstico.

Palavras-chave: Metodologias. Legislação. Professores. Transtorno do Espectro Autista. Inclusão.

ABSTRACT

Inclusive Education is the result of several actions that sought to integrate people with disabilities into regular education through the provision of quality education with equal conditions for all, and to include children with ASD the process is no different. Therefore, the objective of this study was to investigate whether Federal Laws No. 12,764/2012 and No. 13,146/2015 have been applied in a preschool in the city of Imperatriz – MA. Regarding methodology, the investigation regarding the media was bibliographic, documentary and field. The population was understood as an early childhood education school in the city of Imperatriz – MA, and with regard to the sample, this was understood as teachers from this institution, totaling 15 teachers and 1 coordinator. The results showed that there are certain challenges in relation to teachers' knowledge about Autism Spectrum Disorder – ASD, lack of resources (Specialized Educational Service; resource room), overcrowding of autistic students in the classroom; lack of support from the Department of Education; lack of teacher training, aggressiveness and refusal to carry out tasks; Parental resistance in relation to their children's diagnoses were the main difficulties faced by teachers in the process of teaching children with ASD in early childhood education. It is concluded that despite inclusion being present in schools, teachers still face several obstacles as they do not know how to deal with the growing number of children with the characteristics and difficulties presented in this ASD spectrum, therefore, one cannot fail to highlight the importance of training professional educators and a conducive environment, so that they can provide quality education to children with this diagnosis.

Keywords: Methodologies. Legislation. Teachers. Autism Spectrum Disorder. Inclusion.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Qual a sua formação?	32
Gráfico 2. Idade	33
Gráfico 3. Há quantos anos leciona?	33
Gráfico 4. Você acredita na eficácia da prática de metodologia de inclusão escolar com crianças diagnosticadas com espectro autista na instituição educacional?	34
Gráfico 5. Atualmente você trabalha com alguma metodologia de inclusão escolar com crianças com deficiências nessa instituição de ensino?	37
Gráfico 6. Nível de aprendizagem dos alunos?	39
Gráfico 7. Relação professor X aluno?	41
Gráfico 8. Envolvimento dos pais?	43
Gráfico 9. Discutiu as medidas, programas ou projetos?	46
Gráfico 10. Ouviu a opinião da escola?	46
Gráfico 11. Deu apoio técnico?	47
Gráfico 12. Deu apoio financeiro?	47
Gráfico 13. Capacitou professores, diretores e coordenadores?	48
Gráfico 14. Com que frequência você trabalha com metodologia de inclusão de crianças com deficiências nessa instituição de ensino?	49
Gráfico 15. A prática de metodologia de inclusão de crianças com deficiências pode ser associada aos conteúdos trabalhos em sala de aula?	50

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Marcos históricos do autismo	14
Quadro 2. Benefícios das Leis Federais N° 12.764/2012 e N° 13.146/2015	22
Quadro 3. Justifique	35
Quadro 4. Para você como deve ser organizado e implementado a prática de metodologias de inclusão escolar de crianças com deficiências e espectro autista na instituição educacional.....	37
Quadro 5. Justifique	40
Quadro 6. Justifique	42
Quadro 7. Justifique	44
Quadro 8. Justifique	50

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 POLÍTICA NACIONAL DE PROTEÇÃO DOS DIREITOS DA PESSOA COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (LEI Nº 12.764/2012).....	13
2.1 Histórico da Lei da criança com TEA no Brasil.....	13
2.2 Conceito do Transtorno do Espectro Autista (TEA)	16
2.3 Dificuldades da criança com Transtorno do Espectro Autista (TEA) na escola.....	18
3 O ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA (LEI Nº 13.146/2015)	20
3.1 Os benefícios da aplicabilidade das Leis Federais Nº 12.764/2012 e Nº 13.146/2015 na educação infantil.....	22
3.2 As políticas públicas de educação inclusiva	23
4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	28
5 RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	32
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	54
REFERÊNCIAS.....	57
APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO DIRECIONADO AS PROFESSORAS	61
APÊNDICE B - QUESTIONÁRIO DIRECIONADO A COORDENADORA.....	64
APÊNDICE C - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE).....	67

1 INTRODUÇÃO

Quando se aborda uma temática dessa magnitude como é a análise da aplicabilidade legislativa da “Educação Inclusiva”, detalha-se inicialmente que a educação inclusiva já obteve um avanço considerável na educação brasileira levando em consideração as últimas décadas.

Com a educação inclusiva, as crianças passaram a ser enxergadas a partir das suas particularidades e as políticas públicas são fundamentais para fortalecer o processo de inclusão.

Diante disso, vale destacar que Leis Federais como a de nº 12.764/2012 que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista e a de nº 13.146/2015 que é o próprio Estatuto da Pessoa com Deficiência precisam de um olhar mais crítico em relação a sua aplicabilidade nas escolas, em especial na educação infantil.

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) se refere a uma série de condições caracterizadas por algum grau de comprometimento no comportamento social, na comunicação e na linguagem, e por uma gama estreita de interesses e atividades que são únicas para o indivíduo e realizadas de forma repetitiva (Oliveira, 2016). Assim, existem diversas políticas públicas como a própria Lei 13.146/15 e cotas de emprego em empresas, cotas de acesso à universidade, aquisição de veículos com a isenção do IPI, isenções ao pagamento do imposto de renda, entre outros programas que são conquistas significativas para pessoas com deficiência, que são destinadas para garantir o direito de igualdade da pessoa com deficiência, que ao longo dos anos podem-se observar alguns avanços, mas que nem sempre acontece realmente na prática, desse modo o poder público deve estar investigando e certificando que estão de fato cumprindo essas leis, para melhorar a vida dessas crianças, garantindo os seus direitos como cidadão.

A educação inclusiva, atualmente, é um dos grandes desafios no âmbito educacional brasileiro, que envolve a todos, não somente a pessoa com deficiência, mas também, o ambiente escolar e a família, de modo que os educadores têm um papel fundamental sobre a prática pedagógica de ensino, diante do desafio da inclusão na sala de aula. Sendo assim, é preciso investigar se em uma escola de educação infantil do município de Imperatriz – MA tem sido aplicada as Leis Federais Nº 12.764/2012 e Nº 13.146/2015?

O objeto de estudo da presente pesquisa é a aplicabilidade da legislação nº 12.764/2012 e nº 13.146/2015 correlacionada à educação inclusiva. Educação inclusiva é uma educação norteada para educar de forma livre de preconceitos e discriminação todas as crianças em um mesmo contexto escolar, respeitando e reconhecendo as diferenças, assegurando assim, um ensino uniforme para todos sem exceção. O presente trabalho teve que buscar instrumentos que

aproximem a pesquisadora do campo de estudo e por meio disso investigar a existência da problemática.

Portanto, o tema ganhou mais ainda evidência porque vem inserido dentro do contexto jurídico, especificamente nas Leis Federais nº 12.764/2012 e nº 13.146/2015, o que desperta o interesse para descobrir se realmente a escola tem o comprometimento com as Leis Federais que garantem o direito a uma educação inclusiva para a pessoa com deficiência, principalmente aquela com Transtorno do Espectro Autista (TEA).

O objetivo do presente estudo consiste em investigar se em uma escola de educação infantil do município de Imperatriz – MA tem sido aplicada as Leis Federais nº 12.764/2012 e nº 13.146/2015. E os específicos foram: discorrer sobre os pontos principais da Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (Lei nº 12.764/2012) no âmbito escolar; discutir sobre o Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015); levantar as dificuldades enfrentadas pelos alunos com TEA na educação infantil; apontar os benefícios da aplicabilidade das Leis Federais nº 12.764/2012 e nº 13.146/2015 na educação infantil.

Devido ao seu objetivo geral, bem como os objetivos específicos, a investigação no que tange aos meios foi bibliográfica, documental e de campo. A população foi compreendida como uma escola de educação infantil do município de Imperatriz – MA, e no que se refere a amostra, essa foi compreendida como professores e professoras dessa instituição totalizando 15 professores e 1 coordenadora. De posse do Projeto Político Pedagógico da escola pode-se localizar um estudo realizado pelos professores, onde segundo levantamento feito junto às famílias através do Questionário online, notou-se que a escola tinha em 2022, em seu quantitativo de crianças matriculadas, 12 infantes Autismo nos níveis leve e moderado e 19 crianças com outras deficiências, sendo que esta quantidade se refere às crianças com laudo ou em avaliação, ficando o gráfico assim: 87,2% não possuem deficiência ou transtorno, 5% possuem autismo e 7,9% possuem outros tipos de deficiências.

O trabalho encontra-se estruturado em cinco capítulos. Assim, no primeiro capítulo trata sobre a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (Lei nº 12.764/2012), assim como foi pontuado a respeito da histórico da Lei da criança com TEA no Brasil, o conceito do Transtorno do Espectro Autista (TEA) e as dificuldades da criança com Transtorno do Espectro Autista (TEA) na escola.

No segundo capítulo foi explorado a respeito do Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei Nº 13.146/2015) e os benefícios da aplicabilidade das Leis Federais nº 12.764/2012 e nº 13.146/2015 na educação infantil, assim como as políticas públicas educação inclusiva.

No terceiro capítulo foi explicado a forma como o trabalho foi conduzido, ou seja, os procedimentos metodológicos adotados, as fontes utilizadas, os materiais e procedimentos usados para coleta de informações.

No quarto capítulo foi tratado a respeito dos resultados e discussões, ou seja, foi o momento em que todos os dados coletados no campo de pesquisa foram discutidos, fazendo uso de gráfico e quadros.

Por fim, nas considerações finais, procurou-se de forma resumida, expor as ideias e tudo aquilo que foi assimilado durante a execução do trabalho e a coleta de dados.

2 POLÍTICA NACIONAL DE PROTEÇÃO DOS DIREITOS DA PESSOA COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (LEI Nº 12.764/2012)

A Lei n. 12.764/2012 foi sancionada ainda quando Dilma Rousseff era presidente, no dia 27 de dezembro de 2012, esta lei protege e elimina toda e qualquer forma de discriminação, onde promove os direitos aos autistas como: o acesso à educação, medicamentos, terapias, a proteção social entre outros.

De fato, existem diversas políticas públicas que são destinadas para garantir o direito de igualdades de pessoas com deficiências, que ao longo dos anos podem-se observar alguns avanços, mas que nem sempre acontece realmente na prática, desse modo o poder público deve estar investigando e certificando que estão de fato cumprindo essas leis, para melhorar a vida dessas pessoas, garantindo os seus direitos como cidadão (Nascimento; Rocha, 2022).

Um dos maiores objetivos dessas leis é garantir o acesso a escolarização, com um ensino gratuito, em que deve haver uma parceria entre o Governo, a família, a escola, os professores, os alunos e toda a sociedade, para que aconteça de fato essa inclusão no processo educativo. Visando o melhoramento do ensino aprendizado desses alunos, pelo qual tanto se discute na “tal” educação para todos de forma igualitária (Teixeira; Magalhães, 2022).

2.1 Histórico da Lei da criança com TEA no Brasil

A trajetória das crianças autistas podem ser divididas em diversos momentos, entre eles, o da exclusão é aquele mais marcante, os mesmos tinham suas vidas ceifadas; segregação, eles podiam até viver, porém, eles eram separados dos considerados “normais”. Pode-se mencionar o momento de integração, onde elas começam a conviver junto com a sociedade, mas não tem condições mínimas de equidade; e, por fim, surge o momento de inclusão, podendo ser interpretado como o momento de interação de todos, de forma que suas necessidades sejam analisadas e os ambientes se adequam a elas (Silva Neto, et al, 2018).

Sobre o momento de segregação, Oliveira (2020, p. 2) afirma:

A prática de segregar as pessoas com deficiências foi constituída historicamente a partir das necessidades de sobrevivência de um meio hostil, mais efetivou-se, de fato entre as comunidades que adotaram uma estrutura de classes, privilegiando alguns de seus membros considerados mais eficientes no acúmulo de bens materiais.

As pessoas vistas como diferentes daquilo que é considerado um modelo padrão

estabelecido pelos interesses da hegemonia vigente, sempre enfrentaram momentos na história de exclusão, sendo marginalizados e excluídas de participação ativa na sociedade.

No Brasil, os discursos sobre a inclusão veio ganhando espaço ao longo de séculos oscilando entre a aceitação e o respeito às diferenças, de modo que, durante longo tempo a educação especial foi tratada como educação voltada para a adaptação em sociedade, substituindo o ensino comum, por meio da criação de instituições especializadas em atender a essa clientela, partindo de um atendimento clínico terapêutico para identificar o grau de deficiência de cada aluno para posterior encaminhamento para as práticas pedagógicas adequadas a cada caso (Pinto, et al, 2021).

O termo autismo foi criado em 1908 pelo psiquiatra suíço Eugen Bleuler, para descrever a fuga da realidade para um mundo interior observado em pacientes esquizofrênicos. Importante analisar outros pontos fundamentais da história do autismo:

Quadro 1. Marcos históricos do autismo

1943	O psiquiatra Leo Kanner publica a obra “Distúrbios Autísticos do Contato Afetivo”, descrevendo 11 casos de crianças com “um isolamento extremo desde o início da vida e um desejo obsessivo pela preservação das mesmices”.
1944	Hans Asperger escreve o artigo “A psicopatia autista na infância”, destacando a ocorrência preferencial em meninos, que apresentam falta de empatia, baixa capacidade de fazer amizades, conversação unilateral, foco intenso e movimentos descoordenados.
1952	A Associação Americana de Psiquiatria publica a primeira edição do Manual Diagnóstico e Estatístico de Doenças Mentais DSM-1.
Anos 50 e 60	Durante os anos 50, houve muita confusão sobre a natureza do autismo, e a crença mais comum era de que o distúrbio seria causado por pais emocionalmente distantes (hipótese da “mãe geladeira”, criada por Leo Kanner). No entanto, nos anos 60, crescem as evidências sugerindo que o autismo era um transtorno cerebral presente desde a infância e encontrado em todos os países e grupos socioeconômicos e étnico-raciais.
1965	Diagnosticada com Síndrome de Asperger, Temple Grandin cria a “Máquina do Abraço”, aparelho que simulava um abraço e acalmava pessoas com autismo.

1978	O psiquiatra Michael Rutter classifica o autismo como um distúrbio do desenvolvimento cognitivo, criando um marco na compreensão do transtorno.
1980	A definição inovadora de Michael Rutter e a crescente produção de pesquisas científicas sobre o autismo influenciam a elaboração do DSM-3.
1981	A psiquiatra Lorna Wing desenvolve o conceito de autismo como um espectro e cunha o termo Síndrome de Asperger, em referência à Hans Asperger.
1988	Sucesso de bilheteria, Rain Man torna-se um dos primeiros filmes comerciais a caracterizar um personagem com autismo.
1994	Novos critérios para o autismo foram avaliados em um estudo internacional multicêntrico, com mais de mil casos analisados por mais de 100 avaliadores clínicos.
1998	A revista Lancet publicou um artigo do cientista Andrew Wakefield, no qual afirmava que algumas vacinas poderiam causar autismo.
2007	A ONU instituiu o dia 2 de abril como o Dia Mundial da Conscientização do Autismo para chamar atenção da população em geral para importância de conhecer e tratar o transtorno
2012	É sancionada, no Brasil, a Lei Berenice Piana (12.764/12), que instituiu a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista.
2013	O DSM-5 passa a abrigar todas as subcategorias do autismo em um único diagnóstico: Transtorno do Espectro Autista (TEA).
2014	O maior estudo já realizado sobre as causas do autismo revelou que os fatores ambientais são tão importantes quanto a genética para o desenvolvimento do transtorno
2015	A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (13.145/15) cria o Estatuto da Pessoa com Deficiência, que aumenta a proteção aos portadores de TEA ao definir a pessoa com deficiência como “aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial”.

2020	Entra em vigor a Lei 13.977, conhecida como Lei Romeo Mion. O texto cria a Carteira de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (Ciptea)
2022	A nova versão da Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde, a CID 11, segue o que foi proposto no DSM-V, e passa a adotar a nomenclatura Transtorno do Espectro do Autismo para englobar todos os diagnósticos anteriormente classificados como Transtorno Global do Desenvolvimento.

Fonte: Barbosa (2014)

2.2 Conceito do Transtorno do Espectro Autista (TEA)

O termo “autismo” foi inicialmente usado na literatura científica no ano de 1911, e o pioneiro foi o psiquiatra suíço Eugen Bleuler, com o objetivo de descrever um dos sintomas da esquizofrenia, que era entendido como a perda do contato com a realidade e um modo de viver voltado com o foco em si mesmo (Marfinati; Abrão, 2014). No ano de 1943, o psiquiatra austríaco Leo Kanner utilizou essa mesma palavra para descrever uma síndrome única, denominada por ele de “Distúrbio Autístico do Contato Afetivo” (Oliveira, 2016).

Tendo em vista que o objetivo é conceituar o autismo, é necessário a compreensão do que se trata o transtorno de Espectro Autista (TEA). Alguns autores o veem como uma falha biológica no sistema neurológico que interfere, sobretudo, o desenvolvimento do controle motor e a sensibilidade do indivíduo, principalmente em relação as interações sociais. A dificuldade de atenção e de comunicação é um dos sintomas que mais acontecem. É possível perceber os sinais logo quando a criança está nos seus primeiros meses de vida, e isso facilita uma intervenção médica com o objetivo de melhorar o desenvolvimento da criança e consequentemente do adulto com TEA (Fink, 2018).

Na atualidade, no primeiro ano de vida, pode-se notar como sinais comuns perder as habilidades já adquiridas, não ter a sensibilidade a sons, ruídos e vozes no ambiente, não apresentar sorriso social, não ser uma pessoa que gosta de toque, etc. São estes sintomas que, quando não tratados, podem dificultar qualquer interação futura com o indivíduo, não só na sua relação familiar, mas no social como um todo (Cabral; Marin, 2017).

De acordo com o DSM-IV-TR, o Transtorno do Espectro Autista (TEA) se caracteriza por um quadro clínico em que prevalecem prejuízos na interação social, nos comportamentos não verbais (como contato visual, postura e expressão facial) e na

comunicação (verbal e não verbal), podendo existir atraso ou mesmo ausência da linguagem. Pode haver, também, ecolalia e uso de linguagem estereotipada (Khoury, 2014, p. 9).

Mello (2007) aponta o autismo como um distúrbio do desenvolvimento que se caracteriza por alterações presentes começando em idade muito precoce, de forma bastante comum antes dos três anos de idade, com impacto múltiplo e variável em áreas nobres do desenvolvimento humano como as áreas de comunicação, interação social, aprendizado e capacidade de adaptação.

Conforme Camargo e Bosa (2009, p. 65), “o autismo se caracteriza pela presença de um desenvolvimento acentuado atípico na interação social e comunicação, assim como pelo repertório marcadamente restrito de atividades e interesses”.

O Transtorno do Espectro Autista caracteriza-se através dos déficits persistentes em dois domínios principais: na comunicação social e interação social; e no comportamento, por meio da presença de padrões restritos e repetitivos de comportamento, interesses e atividades (Agrisino-Ramos, 2019).

Diante disso, tratando da interação social, as crianças com TEA podem apresentar:

Desde isolamento até dificuldades nos relacionamentos com outras pessoas, manifestadas na evitação do contato ocular, além de dificuldade em responder a estímulos sociais, como ao ser chamada pelo seu nome, por exemplo, o que inicialmente pode fazer com que sejam consideradas surdas. Além disso, pode haver um processamento facial atípico, que dificulta o entendimento das pistas que as pessoas oferecem durante o processo comunicativo, por meio de expressões faciais (Reis et al., 2016, p. 325).

No que diz respeito aos aspectos comportamentais, as crianças com TEA em boa parte das vezes apresentam estereotípias motoras, com movimentos repetitivos por exemplo, com balanceios de cabeça e de mãos e girar em torno do próprio eixo. Além disso, podem apresentar interesses obsessivos, como fazer coleção de objetos que não são comuns, que geralmente são utilizados para autoestimulação, além de manifestarem interesse por informações acerca de um tópico restrito e demonstrando ainda preferência por empilhar ou enfileirar brinquedos e outros objetos. Em geral, acabam sendo bem rigorosos no que se refere a rotinas, apresentando resistência a modificações no ambiente (Bispo; Rodrigues e Santos, 2021).

Por fim, outra característica comum no TEA são as alterações sensoriais, manifestando-se na forma de hiporreatividade, hiper-reatividade e busca sensorial. A hipo e a hiper-reatividade estão relacionados, respectivamente, a um alto e a um baixo limiar sensorial, acarretando em responsividade reduzida ou excessiva a estímulos do ambiente. A busca

sensorial é compreendida através do interesse incomum por certos aspectos sensoriais. Tais alterações podem envolver diferentes modalidades sensoriais, como visual, auditiva, olfativa, gustativa, somatossensorial, vestibular e proprioceptiva (Alves, 2016).

2.3 Dificuldades da criança com Transtorno do Espectro Autista (TEA) na escola

A criança com Transtorno do Espectro Autista (TEA) interpreta literalmente o que é dito e por isso, é necessário evitar trocadilhos, gírias, palavras ou expressões de duplo sentido, metáforas, alusões ou sarcasmo. E que a linguagem corporal dessa criança também pode ser uma fonte de informação, uma vez que seu vocabulário é limitado e por isso sua agitação ou isolamento podem demonstrar que algo está errado ou a incomodando (Oliveira, 2016).

De acordo com Ribas (2022), a dificuldade mais grave que um aluno autista enfrenta nas escolas regulares quando não está preparado, é a integração sensorial, já que a forma como eles veem o mundo e processam as informações sensoriais dentro de cada ambiente, é diferente das outras pessoas.

Desta forma, a inclusão educacional de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) é bastante complexa devido às suas particularidades, o que requer uma preparação pedagógica específica para trabalhar com esse público.

Os alunos com TEA apresentam muitas dificuldades no processo de ensino e aprendizagem e Grossi; Grossi; Grossi (2020, p. 33), destaca dez pontos que precisam ser atacados para diminuir as dificuldades encontradas:

1. Incluir o educador voluntário nas escolas regulares.
2. Intensificar o uso das Tecnologias assistivas e dos métodos de intervenção com atividades que proporcionem o convívio de forma ampla.
3. Incluir terapeuta escolar para auxiliar no processo de inclusão e de subjetivação.
4. Incluir profissionais de apoio ao professor dentro da sala de aula.
5. Adaptar os conteúdos e desenvolver atividades e avaliações que considerem as habilidades e características de cada aluno.
6. Iniciar o processo de escolarização dos alunos com TEA na escola regular, na primeira etapa da educação básica, para que eles comecem mais cedo seu processo de socialização, preparando-os para as futuras etapas, que exigirão mais atividades acadêmicas.
7. Colocar em prática as leis de inclusão.
8. Investir na formação do docente no que se refere à educação especial, a fim de que os futuros professores possam estar preparados para atuar com os alunos com TEA.

9. Desenvolver o currículo funcional.

10. Usar estratégias pedagógicas que promovam o acesso dos alunos com TEA ao currículo regular.

Somadas a essas, existem diversas sugestões sobre as estratégias pedagógicas convencionais, os métodos de intervenções e as tecnologias assistivas para serem utilizadas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) (Proporcionar um ambiente que seja calmo para encorajar o aluno a desenvolver criatividade e resolver problemas; uso de computadores para a prática da digitalização de texto e sintetizador de fala e fazer atividade em pequenos grupos (Camargo, et al, 2020).

O Transtorno do Espectro Autista (TEA), como já mencionado, provoca uma restrição ao domínio da linguagem, entretanto, possibilita uma percepção visual muito apurada, assim, é necessário que o professor selecione metodologias de ensino, recursos didáticos e atividades com apelo visual e concreto. Se forem dadas instruções muito longas, o ideal é que se faça por meio de estímulos visuais e não verbais (Grossi; Grossi; Grossi, 2020).

Um aspecto que se relaciona a percepção visual dos alunos com TEA, e que as vezes passa despercebido pelos professores, é a organização do espaço da sala, a cor, a decoração, os quadros de recados, a quantidade de alunos, a disposição das carteiras, tudo influencia para o desenvolvimento socioafetivo e a aprendizagem cognitiva do aluno com TEA (Camargo, et al, 2020).

Nesse contexto, é importante reconhecer também o que atrapalha o ensino e a aprendizagem. As crianças com TEA se incomodam com sons altos, sendo por esse motivo que a voz do professor, a campainha da escola, o arrastar de cadeiras e mesas, o microfone ou qualquer outro tipo de barulho devem ser evitados ou ao menos amenizados (Camargo, et al, 2020).

E essa sensibilidade sonora, pode ser aproveitada pelo professor em suas metodologias de ensino, cantar para as crianças se estabelece como um ótimo meio de efetuar a aprendizagem.

Além disso, na alfabetização do aluno com TEA, caso presente muitas dificuldades na coordenação motora, pode ser utilizado miniaturas, jogos e até computadores, pois na maioria das vezes os autistas possuem grande habilidade no manuseio destes.

3 O ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA (LEI Nº 13.146/2015)

A Convenção Internacional sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência, ratificada pelo Congresso Nacional nos termos do art. 5º, §3º, da Constituição Federal, a Lei nº 13.146, criada em 06 de julho de 2015 e vigente no país desde 1º de janeiro de 2016, corresponde ao Estatuto da Pessoa com Deficiência, norma de natureza inclusiva, inspirada no princípio da dignidade humana.

Pela Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência de nº 13.146/15 (Brasil, 2015), pessoas com mobilidade reduzida são “aquelas que tenham, por qualquer motivo, dificuldade de movimentação, permanente ou temporária, gerando redução efetiva da mobilidade, da flexibilidade, da coordenação motora ou da percepção, incluindo idoso, gestante, lactante, pessoa com criança de colo e obeso”.

A Lei nº 13.146/2015, de 07 de julho de 2015, que entrou em vigor 180 dias após sua publicação, tendo como finalidade (ou objetivo) garantir a efetivação dos direitos da pessoa com deficiência, como se vê logo no seu art. 1º que assim dispõe:

É instituída a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania.

Inclusive, no art. 5º da Lei, ressalta-se a proteção da pessoa com deficiência contra quaisquer tipos de “negligência, discriminação, exploração, violência, tortura, crueldade, opressão e tratamento desumano ou degradante”.

Trata-se de um dever do Estado e de toda a sociedade assegurar às pessoas com deficiência, condições de exercício de seus direitos individuais e sociais, participação na vida política e demais aspectos ligados ao exercício da cidadania.

A norma legal mencionada regulamenta e traz avanços em diversas áreas como no trabalho, na educação, na saúde, na inclusão social, na dignidade e na cidadania da pessoa com deficiência.

Segundo o Art. 16, da Lei 13.146, de 06 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência) os programas e serviços de habilitação e de reabilitação voltados para a pessoa com deficiência, são garantidos por meio de:

I - Organização, serviços, métodos, técnicas e recursos para atender às características de cada pessoa com deficiência;

- II - Acessibilidade em todos os ambientes e serviços;
- III - tecnologia assistiva, tecnologia de reabilitação, materiais e equipamentos adequados e apoio técnico profissional, de acordo com as especificidades de cada pessoa com deficiência;
- IV - Capacitação continuada de todos os profissionais que participem dos programas e serviços.

A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência de nº 13.146/15, no art. 53, determina que a acessibilidade é direito que garante à pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida viver de forma independente e exercer seus direitos de cidadania e de participação social.

O art. 3º da Lei nº 13.146/15, consideram:

- I - acessibilidade: possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida;
- II - desenho universal: concepção de produtos, ambientes, programas e serviços a serem usados por todas as pessoas, sem necessidade de adaptação ou de projeto específico, incluindo os recursos de tecnologia assistiva;
- III - tecnologia assistiva ou ajuda técnica: produtos, equipamentos, dispositivos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivem promover a funcionalidade, relacionada à atividade e à participação da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida, visando à sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social;
- IV - barreiras: qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que limite ou impeça a participação social da pessoa, bem como o gozo, a fruição e o exercício de seus direitos à acessibilidade, à liberdade de movimento e de expressão, à comunicação, ao acesso à informação, à compreensão, à circulação com segurança, entre outros, classificadas em:
 - a) barreiras urbanísticas: as existentes nas vias e nos espaços públicos e privados abertos ao público ou de uso coletivo;
 - b) barreiras arquitetônicas: as existentes nos edifícios públicos e privados;
 - c) barreiras nos transportes: as existentes nos sistemas e meios de transportes;
 - d) barreiras nas comunicações e na informação: qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que dificulte ou impossibilite a expressão ou o recebimento de mensagens e de informações por intermédio de sistemas de comunicação e de tecnologia da informação;
 - e) barreiras atitudinais: atitudes ou comportamentos que impeçam ou prejudiquem a participação social da pessoa com deficiência em igualdade de condições e oportunidades com as demais pessoas;
 - f) barreiras tecnológicas: as que dificultam ou impedem o acesso da pessoa com deficiência às tecnologias;

A acessibilidade trata-se do direito de todo cadeirante em trafegar pelo mesmo lugar de uma pessoa que não possui deficiência. Acessibilidade é quando ocorre a facilidade ao passar em calçadas, ir a banheiros e entrar em estabelecimentos sem problemas. Portanto, as pessoas que em outros tempos estavam sujeitas à interdição em razão de enfermidade ou deficiência

hoje, devido a uma grande força movida pela lei, passam a ser consideradas plenamente capazes.

3.1 Os Benefícios da Aplicabilidade das Leis Federais nº 12.764/2012 e nº 13.146/2015 na Educação Infantil

Não se pode negar que falar em inclusão nos transporta às discussões sobre o direito à igualdade e o direito à diferença. As sociedades são, por mais homogêneas que tentem aparentar, multiculturais em sua essência. Não existe nenhum país ou grupo social no qual todos os indivíduos sejam ou haja da mesma forma, ou que sigam a mesma fé, ou tenham as mesmas aspirações. Mas o fato de estar inserido numa sociedade não significa renunciar à individualidade. Ao contrário, somente não existe sentido em estar num grupo na medida em que se preserva o espaço único de cada um de seus componentes (Diniz; Sousa, 2020).

Diante disso, é necessário apenas ter um olhar mais atento para o dia-a-dia das instituições educacionais e o óbvio encontra suas fissuras e brechas. A escola reflete o que está acontecendo na sociedade e, tanto os professores como os alunos, trazem para dentro dela todas as suas contradições. Nosso modelo econômico capitalista é, por natureza, excludente e concentrador. A disputa pelo máximo lucro é a força principal que o move (Guimarães, 2022).

Diante disso, é considerada escola inclusiva aquela que proporciona um espaço de igualdade para todos, abrangendo, portanto, aquelas que apresentam necessidades especiais também, ou seja, a escola não pode funcionar apenas com o lado social, mas precisa ser inclusiva em todos os sentidos. Inspirada nos princípios da Declaração de Salamanca (Unesco, 1994), que proclamou, dentre outros princípios, o direito de todos à educação, independente das diferenças individuais – esta declaração foi essencial e serve como referência a Conferência mundial sobre educação para todos – a educação inclusiva propõe que todas as pessoas com deficiência sejam matriculadas na escola regular.

Portanto, os benefícios da aplicabilidade das Leis Federais nº 12.764/2012 e nº 13.146/2015 na educação infantil são:

Quadro 2. Benefícios das Leis Federais nº 12.764/2012 e nº 13.146/2015

Nº 12.764/2012	- Assegura o direito do autista a um diagnóstico precoce, tratamento, terapias e medicamentos pelo Sistema Único de Saúde; o acesso à educação e à proteção social; ao trabalho e a serviços que propiciem
----------------	--

	<p>igualdade de oportunidades. Esta lei também estabelece que a pessoa com diagnóstico do espectro autista é considerada pessoa com deficiência para todos os efeitos legais, garantindo a sua proteção pelo Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/15), que assegura, dentre outros Direitos prioridade no atendimento à pessoa com deficiência, provisão de suportes individualizados para atender suas necessidades específicas, respeito ao perfil vocacional e ao interesse da pessoa, oferta de aconselhamento e de apoio aos empregadores.</p> <p>- Ajudam a criança ou jovem com autismo a adquirir habilidades e a poder se relacionar com outras pessoas na sociedade, ter mais independência e autonomia.</p>
Nº 13.146/2015	<p>- Assegurar e a promover, em igualdade de condições com as demais pessoas, o exercício dos direitos e liberdades fundamentais por pessoas com deficiência, visando a sua inclusão social e cidadania.</p> <p>- Assegurou a oferta de sistema educacional inclusivo em todos os níveis e modalidades de ensino. Estabeleceu ainda a adoção de um projeto pedagógico que institucionalize o atendimento educacional especializado, com fornecimento de profissionais de apoio.</p>

Fonte: Guimarães (2022)

3.2 As Políticas Públicas de Educação Inclusiva

A educação brasileira tem diante de si o desafio de possibilitar o acesso e a permanência dos alunos com necessidades especiais na escola, na perspectiva inclusiva. No entanto, compreender quais são as políticas públicas de educação inclusiva verdadeiramente é fundamental para identificar os avanços e recuos presentes no sistema educativo (Mendes, 2004).

A Constituição Federal garante a todas as pessoas, sem fazer acepção a nenhuma delas, o direito a educação e acesso à escola. Dessa forma, todos os órgãos que forem previamente reconhecidos como oficiais devem atender aos princípios constitucionais e de forma alguma pode excluir qualquer pessoa, independentemente de sua raça, origem, sexo, cor, idade, deficiência ou ausência dela da educação.

Seria importante e válido que essas exigências descritas na Constituição Federal fossem cumpridas à risca e que ninguém poderia negar a inserção ou inclusão dos portadores de

necessidades especiais na educação. A educação é de todos e para todos, sendo participantes de um mesmo ambiente.

A LDBEN (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) de acordo com o art. 58, afirma que o atendimento especializado deve ocorrer nas escolas, classes e serviços especializados de modo a promover condições específicas para cada aluno, além de incluir o mesmo no ensino regular.

Para Loureiro e Silva (2021) sobre as “Políticas públicas de educação inclusiva: desafios à formação de estudantes público-alvo da educação especial” realizou uma pesquisa numa escola da rede municipal de Duque de Caxias, localizada na Baixada Fluminense do Estado do Rio de Janeiro que possuía em seu quadro discente, estudantes com deficiência matriculados que contavam com apoio do Atendimento Educacional Especializado – Sala de Recursos Multifuncionais.

Para Loureiro e Silva (2021, p. 21):

Considerando que as Políticas Públicas propõem proporcionar suporte financeiro, materiais específicos, formação para professores, verbas para aquisição de materiais pedagógicos, verbas para execução de obras que permitam acessibilidade, verbas que garantam acessibilidade de comunicação, funcionários especializados no apoio aos alunos público-alvo da Educação Especial (mediadores, tradutores e intérpretes de libras, cuidadores) é nítido que ainda se tem um longo caminho a percorrer para a garantia desses suportes.

A escola para trabalhar de fato a inclusão, deve reconhecer e dar respostas às necessidades individuais de seus alunos que se apresentam de formas diversificadas, adotando metodologias que atendam aos diferentes ritmos de aprendizagem de modo a assegurar a qualidade do trabalho.

Para isso, os currículos devem ser apropriados e adaptados a cada situação, como também, as estratégias de ensino devem sofrer modificações e os recursos metodológicos devem ser diferenciados. Os autores ainda fazem uma complementação a esse raciocínio afirmando que a educação inclusiva é aquela que educa todos os alunos em salas de aulas regulares. Educar todos os alunos em salas de aulas regulares significa que todo aluno recebe educação e frequenta aulas regulares.

Também significa que todos os alunos recebem oportunidades educacionais adequadas, desafiadoras, porém ajustadas às suas habilidades e necessidades, que recebem todo apoio e ajuda, à medida em que necessitem, para que eles e seus professores possam alcançar sucesso nas principais atividades. (...) Ela é um lugar no qual todos fazem parte, em que todos são

aceitos, onde todos ajudam e são ajudados por seus colegas e por outros membros da comunidade escolar, para que suas necessidades educacionais sejam satisfeitas.

As últimas décadas têm acrescentado várias áreas de conhecimentos, e uma delas tem aparecido com bastante visibilidade, ou seja, o campo de conhecimento denominado políticas públicas, assim como das instituições, regras e modelos que regem sua decisão, elaboração, implementação e avaliação. A autora Celina Souza acredita que há fatores que contribuíram para a maior visibilidade desta área (Souza, 2006).

O primeiro foi a adoção de políticas restritivas de gasto, que passaram a dominar a agenda da maioria dos países, em especial os em desenvolvimento. A partir dessas políticas, o desenho e a execução de políticas públicas, tanto as econômicas como as sociais, ganharam maior visibilidade. O segundo fator é que novas visões sobre o papel dos governos substituíram as políticas keynesianas do pós-guerra por políticas restritiva de gasto. O terceiro fator, mais diretamente relacionado aos países em desenvolvimento e de democracia recente ou recém-democratizados, é que, na maioria desses países, em especial os da América Latina, ainda não se conseguiu formar coalizões políticas capazes de equacionar minimamente a questão de como desenhar políticas públicas capazes de impulsionar o desenvolvimento econômico e de promover a inclusão social de grande parte de sua população (SOUZA, 2006, p. 20-21).

Assim, observando por um ponto de vista da própria política pública, o ajuste fiscal implicou a adoção de orçamentos equilibrados entre receita e despesa e restrições à intervenção do Estado na economia e nas políticas sociais (Souza, 2006).

A diversidade de abordagens e questões voltadas às políticas públicas são imediatamente inseridas num contexto de complexidade, pois abordam diversos temas e conseqüentemente algumas divergências. Porém, da mesma forma estão presentes as políticas educacionais de educação especial na perspectiva inclusiva. Quando se trata sobre as políticas públicas é o mesmo que dar condição para compreender seu significado, sentido, amplitude e mediações necessárias para a efetivação do direito à educação.

É importante, ainda, ressaltar que não é suficiente a constituição de uma política pública educacional bem definida, com conteúdo bem construído, formulado; o foco principal deve ser ainda trabalhar para que a política aconteça de fato, contemplando de forma efetiva o processo de desenvolvimento e aprendizagem do principal sujeito da esfera educacional: o aluno (Diniz; Souza, 2020).

Segundo Shiroma, Moraes e Evangelista (2007, p.7):

O termo “política” prenuncia uma multiplicidade de significados, presentes nas múltiplas fases históricas do Ocidente. Em sua acepção clássica, deriva de um adjetivo

originado de polis – politikós – e refere-se à cidade e, por conseguinte, ao urbano, ao civil, ao público, ao social.

De acordo com as autoras citadas, a obra *A Política*, de Aristóteles (384–322 a.C.), foi e ainda é considerada como o primeiro tratado sobre o tema, ao introduzir a discussão sobre a natureza, funções e divisão do Estado e sobre as formas de governo.

Dando continuidade à análise de estudos, Silva e Silva (2020) tratando sobre “Política pública na educação inclusiva” A educação mais do que nunca, tem uma enorme necessidade de receber algumas reformulações ou precisa ser elaborada numa perspectiva onde as políticas públicas possam dar a força capaz para vozes que ainda são omitidas ou excluídas do processo educativo. Ainda, para o desenvolvimento da criança especial aconteça, é, sobretudo, “fundamental que o professor da escola regular seja devidamente capacitado para receber esse novo alunado que está chegando à escola”. (Padilha, 2004, p. 96).

As políticas públicas têm esse intuito de fornecer estratégias que possibilite “práticas educacionais para garantir a igualdade de acesso e permanência na escola, [...] nas classes de ensino regular e da disponibilização do atendimento educacional especializado”. (Brasil, 2010, p. 7).

Além das políticas públicas, é de suma importância também que os educadores capacitados para atender todas as crianças deficientes, surdas e ouvintes fazendo com que o processo de ensino aprendizagem ocorra de fato sobre todos sem inventar qualquer tipo de barreira nas necessidades especiais das crianças, pois elas assim como as demais também precisam do aprendizado que é ofertado pela escola.

Na concepção de Diniz e Souza (2020) sobre “Educação inclusiva: desafios e possibilidades” ficou comprovado que a educação inclusiva funciona como um processo em desenvolvimento que precisa ofertar as devidas reflexões, e conseqüentemente, ações concretas e eficientes que venham a somar na prática dos professores que atendam as demandas dos alunos com necessidades especiais. Vale salientar que a educação inclusiva no Brasil teve avanços significativos com a implementação dos documentos norteadores da educação, abrindo assim, caminhos para a inserção destes alunos em sala de aula.

Essa realidade não só pode, como deve ser mudada, mediante algumas adaptações que devem partir do trabalho do docente, adaptações estas que proporcionem o desenvolvimento dos alunos com necessidades educacionais especiais como: conhecer o seu aluno, buscar saber qual a sua real necessidade para que possa criar atividades que desenvolvam as suas habilidades, saber se este é acompanhado por outros profissionais, se possui laudo, fazer que ocorra uma

interação na sala de aula com os demais colegas, para que esse aluno se sinta acolhido e não excluído.

O professor deve aprender o que ensinar e como ensinar, pois diferente de sua formação inicial, ele deve aperfeiçoar sua prática de modo a equilibrar a competência para ensinar e a competência pedagógica, para isso, precisa ser criativo, estudioso e pesquisador e saber usar as qualidades de ordem ética, intelectual e, principalmente, afetiva para ter conteúdo próprio para repassar a seus alunos.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Importante salientar que a metodologia é o meio fundamental para a realização do trabalho científico, que tem por finalidade selecionar os métodos indispensáveis para a realização da pesquisa, sendo esta capaz de dirigir o espírito investigativo (Teixeira, 2014).

Esta pesquisa quanto aos fins foi exploratória e descritiva. Descritiva, pois tem como ponto de partida a premissa de que os estudos sobre “aplicabilidade das leis federais” servem para o pesquisador se familiarizar com o fenômeno relativamente desconhecido, obter informações mais complexa acerca da temática, estabelecer prioridade para a investigação e, posteriormente, construir novas afirmações. Este tipo de estudo é caracterizado pela flexibilidade dos métodos, bem maior que no estudo descritivo (Silva, 2009).

Por outro lado, Gil (2011) menciona que numa pesquisa exploratória, são envolvidos levantamentos de bibliografias, entrevistas com componentes diretos do assunto, assim bem como, a análise e compreensão do problema abordado. Nesse caso, professores e professoras de uma escola de educação infantil do município de Imperatriz – MA foram entrevistadas.

Devido ao seu objetivo geral, bem como os objetivos específicos, a investigação no que tange aos meios foi bibliográfica, documental e de campo. Bibliográfica, pois partiu de estudos sistematizados de livros, artigos e monografias sobre a temática, documental em virtude da necessidade de estudo sobre uma escola de educação infantil do município de Imperatriz – MA, e de campo porque faz se necessário para buscar respostas adquiridas por meio das informações repassadas pelos informantes (Gil, 2010).

Nesse sentido, “A pesquisa de campo é usada para extrair dados e informações diretamente da realidade através do uso de técnicas de coleta como entrevistas ou pesquisas para dar resposta a alguma situação ou problema abordado previamente” (Gil, 2010, p. 44).

A respeito dessa linhagem metodológica, Gil (2010, p. 43) pontua que “a pesquisa bibliográfica é elaborada partindo com base em material já aplicado”. Em se tratando em pesquisa documental o autor em questão enfatiza que é a mesma utilizada praticamente em todas as ciências. Diante disso, a única diferença entre a pesquisa bibliográfica e a pesquisa documental está na natureza das fontes.

Diante disso, a população foi compreendida como uma escola de educação infantil do município de Imperatriz – MA, e no que se refere a amostra, essa foi compreendida como professores e professoras dessa instituição totalizando 15 professores e 1 coordenadora.

O Parque Planalto, em Imperatriz, Estado do Maranhão, está localizado na parte leste e mais alta da cidade. Fundado na década de 80, tem como bairros circunvizinhos Boca da Mata,

Cinco Irmãos, Parque São José, Imigrantes, Bom Sucesso, e Vila Maderminas. O bairro teve sua urbanização a partir de loteamento imobiliário e a construção de casas com o financiamento pela Caixa Econômica Federal. Atualmente conta com uma população de aproximadamente 1000 moradores, mas com os bairros vizinhos, totaliza uma estimativa de mais de 5 mil habitantes.

Com a fundação do bairro, a comunidade tinha necessidade de uma escola infantil, sonho este que, com muito esforço entre Prefeitura Municipal e Comunidade, tornou-se em realidade. A construção da Escola Municipal de Educação Infantil Edelvira Marques, deu-se a partir de uma parceria entre SEMED e Governo Federal, através do Programa Pró-Infância, que na época, disponibilizava verbas para a construção de Escolas Municipais de Educação Infantil (EMEI's) em todo país.

É importante citar que o prefeito municipal que administrava a cidade naquele período era o Sr. Sebastião Torres Madeira e tinha em sua equipe o Professor Domingos Bandeira como responsável pelos projetos educacionais da Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer – SEMED.

Certo dia, o Professor Domingos Bandeira, atendendo as reivindicações dos moradores do bairro Parque Planalto e bairros circunvizinhos, comunicou à professora Fabiana Portugal, que até então geria a Creche Municipalizada Sementinha de Vida, de que a Prefeitura de Imperatriz, tinha sido contemplada com um projeto de construção de uma escola de educação infantil modelo totalmente municipal e que o bairro Planalto havia sido o escolhido para receber a construção desta instituição.

Além disso, o referido, em diálogo com a professora Fabiana Portugal informou-lhe que precisaria de sua ajuda para realizar um levantamento da demanda de vagas para a educação infantil no bairro, bem como de informações sobre um terreno apropriado para a referida construção.

A professora supracitada prontamente atendeu à solicitação e, com o apoio do Posto de Saúde do Bairro, conseguiu levantar o número de alunos fora da sala de aula, articulando também a indicação do terreno apropriado para a construção da escola na comunidade. Estando tudo providenciado a obra foi iniciada em 2012.

A nova instituição passou a se chamar Escola Municipal de Educação Infantil Edelvira Marques, em justa homenagem a professora Edelvira Marques, personalidade bastante conceituada em Imperatriz, que além de educadora, historiadora, foi também Secretária de Educação, escritora, além de ocupar outros cargos na administração municipal em diferentes períodos.

A escola foi inaugurada em 2014, ficando localizada à Avenida Imperatriz nº 130, Parque Planalto em Imperatriz - Maranhão. A mesma recebeu as crianças da Creche Municipalizada Sementinha de Vida, além de outros alunos dos bairros vizinhos. A instituição iniciou suas atividades tendo como gestora a professora Fabiana da Silva Vieira Portugal e, como Coordenadora Pedagógica, a professora Anna Paula Santos Sousa Paiva. Vale lembrar que a professora Fabiana Portugal continua como gestora até a presente data, e conta com o apoio da comunidade escolar e da Secretaria Municipal de Educação.

Devido a escola ser um projeto federal e não levar em conta as características da região, ao longo do tempo precisou passar por algumas obras de ampliações e adequações para atender as necessidades dos educandos. Atualmente são atendidas um total de 516 crianças incluindo Berçário, Creches I e II, bem como turmas de Pré I e II e, seu quadro de servidores conta com um total de 50 profissionais que atuam com excelência nos turnos Matutino e Vespertino.

A escola representa um dos grandes empreendimentos educacionais na comunidade e a tendência é ampliar a capacidade de atendimento e melhorar a qualidade do ensino e da aprendizagem, pois a procura por vagas é uma constante nesta instituição.

Foi realizada futura busca a respeito de alguns pontos relevantes nesse trabalho, como por exemplo, discorrer sobre os pontos principais da Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (Lei nº 12.764/2012) no âmbito escolar; discutir sobre o Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015); levantar as dificuldades enfrentadas pelos alunos com TEA na educação infantil e apontar os benefícios da aplicabilidade das Leis Federais nº 12.764/2012 e nº 13.146/2015 na educação infantil.

Os dados e informações levantadas por meio de pesquisas bibliográficas foram minuciosamente revistos, selecionados e categorizados com a finalidade de compor o presente projeto de forma organizada e concatenada para que a compreensão do estudo seja dada de forma simples e fácil.

Dessa forma foi realizada uma entrevista com professores de uma escola de educação infantil do município de Imperatriz – MA. Essa entrevista foi realizada mediante aplicação de um questionário, com perguntas abertas e fechadas, a um público direcionado, ou seja, professores para medir o grau de orientação relacionado a este fato.

De acordo com Marconi e Lakatos (2010, p.184) questionário é:

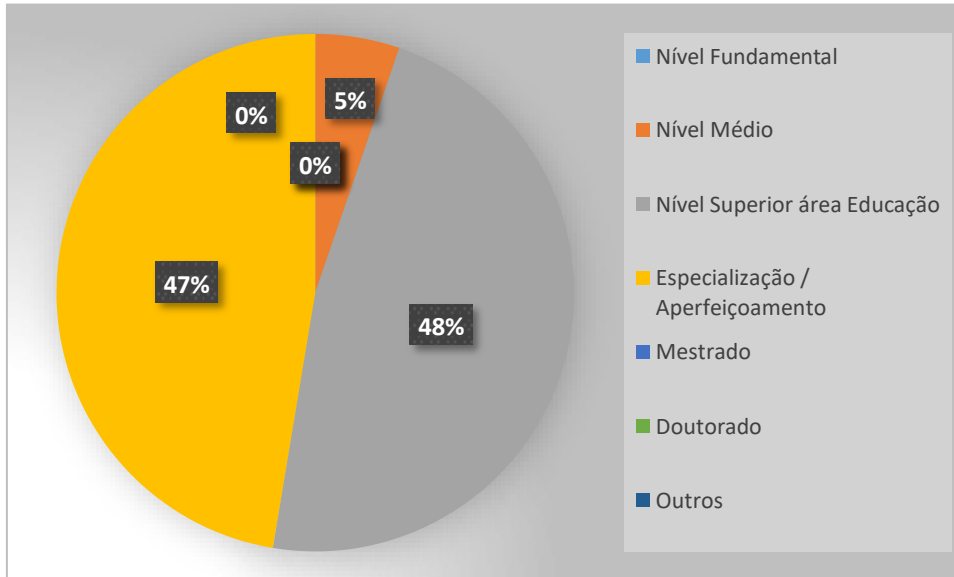
[...] uma série ordenada de perguntas, que deve ser respondida por escrito e sem presença do entrevistador. Em geral, o pesquisador envia o questionário ao informante, pelo correio ou por um portador; depois de preenchido, o pesquisador devolve-o do mesmo modo.

Por fim, ele tem como objetivo levantar dados para uma pesquisa. Portanto o questionário foi elaborado visando facilitar, ao máximo, as respostas. E por fim, foi apresentada em forma de estatística e discursiva, mostrando os resultados obtidos na pesquisa.

5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

- Discussão sobre os questionários aplicados para as professoras

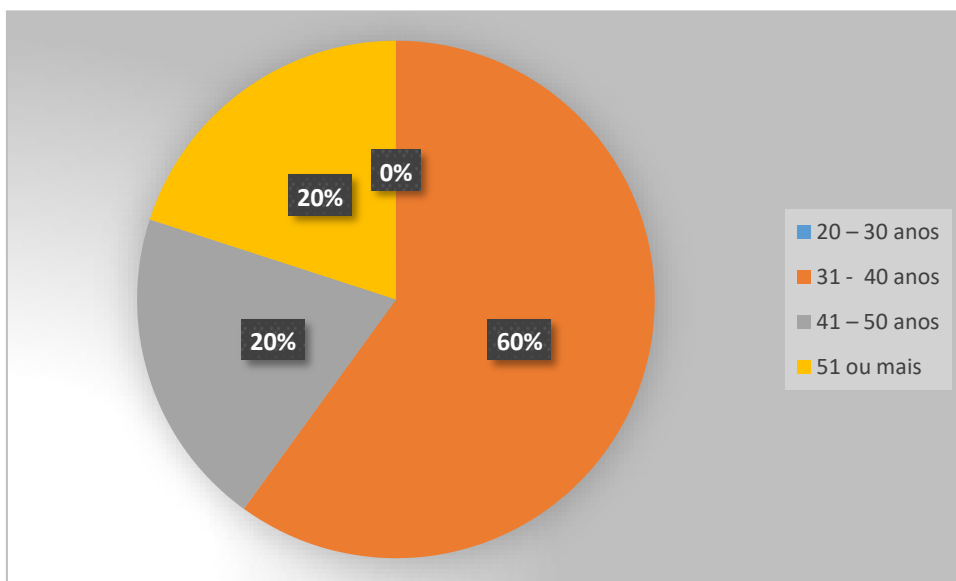
Gráfico 1- Qual a sua formação?



Fonte: Pesquisa de campo (2023)

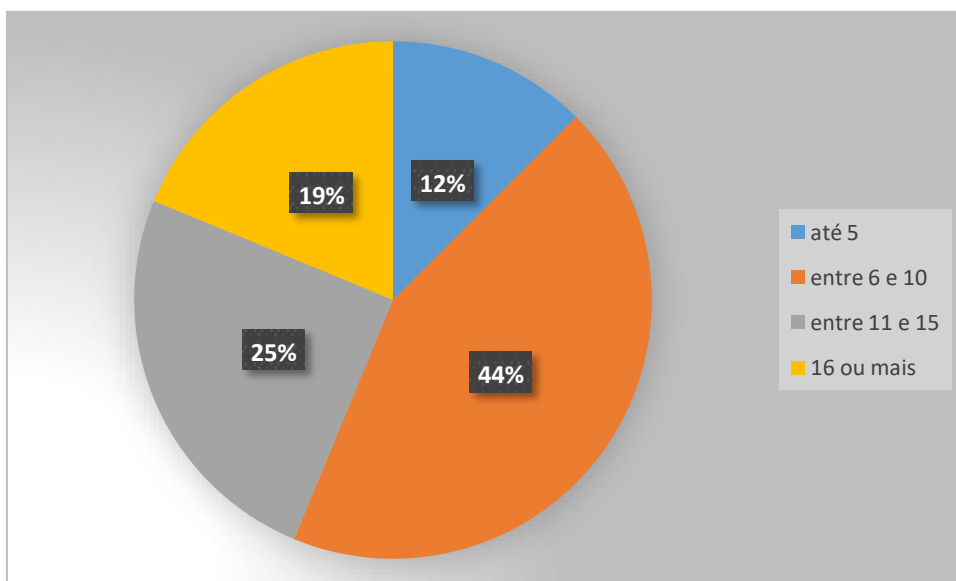
No que se refere a formação os professores marcaram mais de uma opção, assim, 5% nível médio, 48% nível superior na área de educação e 47% especialização. No cerne da questão, a formação inicial e continuada torna-se necessária, pois nelas vai se aprendendo conceitos e estratégias para lidar com deficiências/necessidades especiais. Os professores precisam desenvolver a inteligência humana, entendendo-a como um processo contextualizado sócio-histórico. Logo, a formação dos professores não pode escamotear a necessidade desencadeada pela Educação Inclusiva, que é de ampliar a compreensão dos processos de aprendizagem e da inteligência.

Para Vygotsky (1984), deve-se tentar compreender que o desenvolvimento do sujeito é revelado por processos internos que estão em movimento, não são objetos estáticos que são alcançados conforme a idade. Nessa perspectiva crítico-reflexiva, a formação deve fornecer aos professores os meios de um pensamento autônomo. Estar em formação, implica um investimento pessoal, um trabalho livre e criativo sobre os percursos e os próprios projetos, com vista à construção de uma identidade, que é também uma identidade profissional (Nóvoa, 1995).

Gráfico 2- Idade:

Fonte: Pesquisa de campo (2023)

Dentre os entrevistados, 60% têm entre 31 e 40 anos, 20% têm entre 41 e 50 anos e 20% tem 51 ou mais. Compreende-se que, o desenvolvimento da profissão docente acontece paralelamente à escolar, ou seja, ambos estão interligados, pois quando a função do professor de creche deixa de ser assistencialista e assume uma postura de educador, a escola nesse momento deixa de ser vista como depósito de crianças e passa a ser uma instituição voltada não só ao cuidado, mas ao educar e o brincar (Amador, 2019).

Gráfico 3 - Há quantos anos leciona?

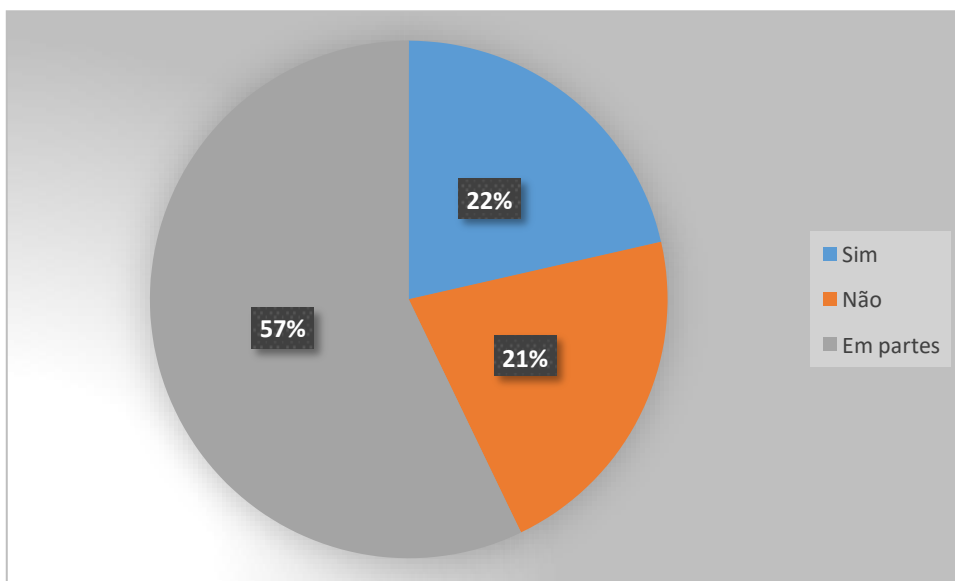
Fonte: Pesquisa de campo (2023)

Sobre o tempo em que lecionam, 12% até 5 anos, 44% entre 6 e 10 anos, 25% entre 11 e 15 anos e 19% 16 ou mais anos. A maioria das professoras tem pouco tempo de profissão. O pedagogo é um profissional que pode atuar em diversos espaços da esfera educativa. A escola, empresas, hospitais são alguns dos vários espaços que pode ocorrer uma ação educativa intencional. Dessa forma, é imprescindível conhecer as possibilidades e as diferentes áreas de atuação desse profissional. A atuação do pedagogo pode ocorrer em duas esferas de ação educativa: escolar e extraescolar. No campo de ação pedagógica escolar destaca-se diversos tipos de atividades. Como mostra Libâneo (2010, p. 58):

A de professores de ensino público e privado, de todos os níveis de ensino e dos que exercem atividades correlatas fora da escola convencional. A de especialistas da ação educativa escolar operando nos níveis centrais, intermediários e locais dos sistemas de ensino (supervisores pedagógicos, gestores, administradores escolares, planejadores, coordenadores, orientadores educacionais etc.);
Especialistas em atividades pedagógicas para escolares atuando em órgãos públicos, privados não-estatais, envolvendo associações populares, educação de adultos, clínicas de orientação pedagógica/psicológica, entidades de recuperação de deficientes etc. (instrutores, técnicos, animadores, consultores, orientadores, clínicos, psicopedagogo etc.)

Diante disso, quando o professor, além de experiente, ele deve sempre ser aquele que busca constante atualização de sua formação, com esse pensamento ele consegue mudar qualquer ambiente.

Gráfico 4 - Você acredita na eficácia da prática de metodologia de inclusão escolar com crianças diagnosticadas com espectro autista na instituição educacional?



Fonte: Pesquisa de campo (2023)

Os professores foram questionados se acreditam na eficácia da prática de metodologia de inclusão escolar com crianças diagnosticadas com espectro autista na instituição educacional, somente 22% responderam que sim, 21% não e 57% em partes.

Quadro 3. Justifique?

P1	Infelizmente a realidade encontrada em sala de aula apresentam desafios muito maiores em relação a uma verdadeira inclusão escolar dessas crianças.
P2	A instituição escolar faz a sua parte diante de muitas limitações, claro que as crianças que estão na escola estão mais desenvolvidas e mais integradas melhor do que as que não estão .
P3	Porque melhora a efetividade das crianças e o desenvolvimento da fala, coordenação motora com os colegas.
P4	O ambiente escolar provido de práticas, estrutura e recursos adequados e alinhados a real prática de inclusão respeitando as características individuais se tornou o melhor ambiente para inclusão e desenvolvimento.
P5	Concordo com a prática, porém, deveria haver um maior preparo dos profissionais da educação, deveria haver uma formação ou trabalho específico preparando o professor para atuar com crianças autistas em todos os níveis e isso não acontece é muito falho e raso no curso de Pedagogia.
P6	Pois a inclusão dessas crianças favorece sim seu desenvolvimento, pelo contato com outras crianças e experiências, dentre outros, mas também sabemos que principalmente com relação a nossa qualificação diante dessa demanda, ainda está longe, nos faltam recursos e formação.
P7	Se durante essa pratica as condições como, cuidadora, sala de AEE, número reduzido de alunos na turma, recursos pedagógicos e capacitação foram proporcionados ao docente. Mas a grande verdade é que raramente todas essas condições são proporcionadas.
P8	Não respondeu
P9	Pois falta mais palestras direcionadas as famílias.

P10	Falta o cumprimento da lei com relação a quantidade de alunos, não temos nenhum bônus ou benefício extra por lecionar para crianças especiais, falta de preparo das AT.
P11	O problema maior é a superlotação das salas de aulas e quantidade de crianças com especialidades nas mesmas. Acaba que o professor fica sem condições de fazer um trabalho adequado com crianças com TEA.
P12	Pois o sistema não oferece suporte pedagógicos para nos trabalharmos com essas crianças.
P13	A metodologia auxilia no processo de ensino aprendizagem, pois a metodologia adequada irá proporcionar o desenvolvimento da criança autista.
P14	O professor precisa de suporte para aplicação dessa metodologia, pois sozinho fica bem difícil ou quase impossível, devido a super lotação na sala e a rotina da mesma.
P15	Não respondeu

Fonte: Professoras sujeitos da pesquisa, 2023

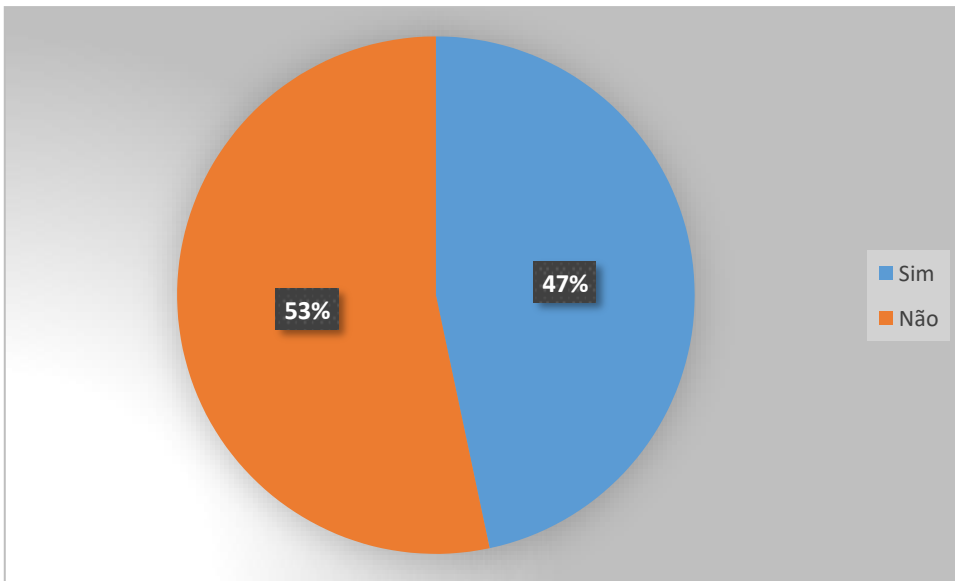
Com base nas respostas dos professores, entendeu-se o porquê de tantos professores optarem por escolher a opção “em partes”, pois em sua maioria trazem à tona alguns elementos que são desconhecidos por outras pessoas, principalmente pelos pais que não sabem com clareza a realidade vivenciada pelos professores. Assim, os principais pontos são a falta de formação, falta de recursos, superlotação de alunos autistas nas salas de aula, a falta de uma sala de AEE.

A legislação brasileira em seu decreto n 7611, de novembro de 2011 assegura os direitos a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Porém, há uma precariedade quanto a aplicação dessa legislação, visto que falta a integração com família, gestão escolar e professores da classe comum.

Segundo o Decreto nº 6.571/2008, a sala de recursos multifuncionais é um espaço escolar com equipamentos, móveis e materiais didáticos voltados para o Atendimento Educacional Especializado (AEE).

Diante disso, para atender com qualidade alunos com TEA, essas salas ajudam bastante o processo de desenvolvimento de ensino-aprendizagem das crianças.

Gráfico 5 - Atualmente você trabalha com alguma metodologia de inclusão escolar com crianças com deficiências nessa instituição de ensino?



Fonte: Pesquisa de campo (2023)

Os professores foram questionados se trabalham com alguma metodologia de inclusão escolar com crianças com deficiências nessa instituição de ensino, 47% disseram que sim e 53% não. O TEA, como já mencionado, provoca uma restrição ao domínio da linguagem, entretanto, possibilita uma percepção visual muito apurada, assim, é necessário que o professor selecione metodologias de ensino, recursos didáticos e atividades com apelo visual e concreto. Se forem dadas instruções muito longas, o ideal é que se faça por meio de estímulos visuais e não verbais (Belisário Filho, 2010).

Quadro 4. Para você como deve ser organizado e implementado a prática de metodologias de inclusão escolar de crianças com deficiências e espectro autista na instituição educacional?

P1	Levando em consideração a realidade de cada instituição e as necessidades específicas de cada criança. Não se pode generalizar, pois a escola recebe crianças com a mesma patologia, porém, com a realidade familiar, social e econômicas diferentes.
P2	Deve-se ter uma parceria escolar e as instituições que completam o tratamento dessas crianças, pois muitas vezes fazemos um trabalho nas nossas limitações e

	fica por isso mesmo, tanto a família como os órgãos competentes devem fazer uma parceria.
P3	Na minha opinião é necessário uma sala de atendimento.
P4	A partir da preparação do ambiente com recursos e práticas alinhadas aos objetivos que permitem o desenvolvimento e interação entre as crianças e adultos.
P5	Deve haver um planejamento e ações específicas para o trabalho com crianças autistas. Ela deve ser incluída na sala de aula, porém, o docente tem que criar atividades voltadas para a sua necessidade.
P6	Atividade lúdica, contação de histórias, material adequado que chame a atenção, brincadeiras, materiais e recursos.
P7	Com suporte pedagógico especializado em todas as escolas, além de recursos como: materiais, salas adaptadas e número reduzidos de alunos.
P8	Com o treinamento de todos os profissionais da instituição.
P9	Deve-se investir em materiais pedagógicos acessíveis.
P10	No mínimo deveriam ter salas de AEE em escolas com crianças com TEA, cuidadoras capacitadas, materiais de apoio, reduzir a quantidade de crianças com TEA na sala, pagamento de bônus para professores.
P11	Deve-se investir em materiais pedagógicos acessíveis.
P12	A instituição deveria ter um espaço com suportes pedagógicos para que as professoras desenvolvam sua prática pedagógica direcionada a essas crianças com TEA.
P13	A prática de metodologias, deve ser organizada de maneira que atenda a necessidade da criança espectro autista e que auxilie em seu desenvolvimento no âmbito escolar.
P14	Cada instituição que receber crianças com deficiência e TEA deveria ter uma sala de recursos para atendimento a essas crianças, de acordo com suas necessidades

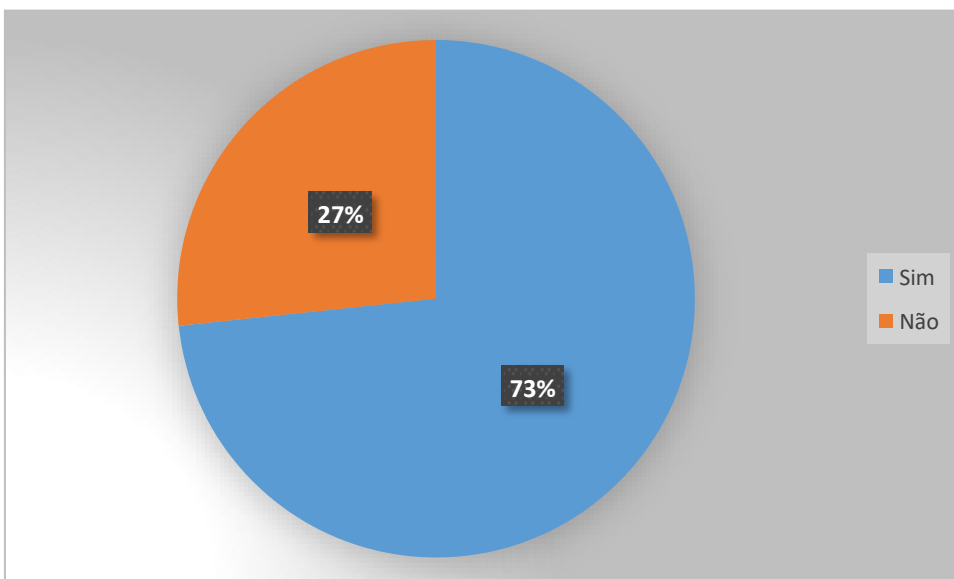
P15	Acredito que deveria ter mais acompanhamento com as crianças na sala de recurso, muitas de nossas crianças não tem esse acompanhamento, e nem mesmo nas instituições com crianças especiais não possui essa sala, ajudaria bastante.
-----	--

Fonte: Professoras sujeitos da pesquisa, 2023

A questão da sala de atendimento as crianças com TEA novamente foi bem pontuado por uma boa parte dos professores, que acreditam que com o suporte dessa sala os processos funcionaram de maneira mais efetiva, a sala de recursos para promover um atendimento individualizado proporcionaria novos proveitos para alunos e professores. A Sala de Recursos Multifuncionais não pode ser compreendida como um ambiente para aulas de reforço, ela é um ambiente pensado exatamente para favorecer e/ou atender alunos com necessidades educacionais específicas, diferente da sala de aula comum, que os alunos frequentam no turno oposto ao do período que estudam no ensino regular, sua organização busca atender intervenções diferentes, com recursos didáticos especiais, ferramentas multifuncionais, materiais pedagógicos e profissionais capacitados para viabilizar o atendimento com qualidade dos alunos com necessidades educacionais específicas (Sousa; Ribeiro; Soares, 2022; Cruz, 2022).

A prática de metodologia de inclusão escolar com crianças com deficiências e espectro autista refletiu em alguma mudança na instituição referente:

Gráfico 6 - Nível de aprendizagem dos alunos?



Fonte: Pesquisa de campo (2023)

Os professores foram questionados se a prática de metodologia de inclusão escolar com crianças com deficiências e espectro autista refletiu em alguma mudança na instituição referente. Assim, quanto ao nível de aprendizagem dos alunos 73% disseram que sim, mas 27% responderam que não.

Quadro 5. Justifique?

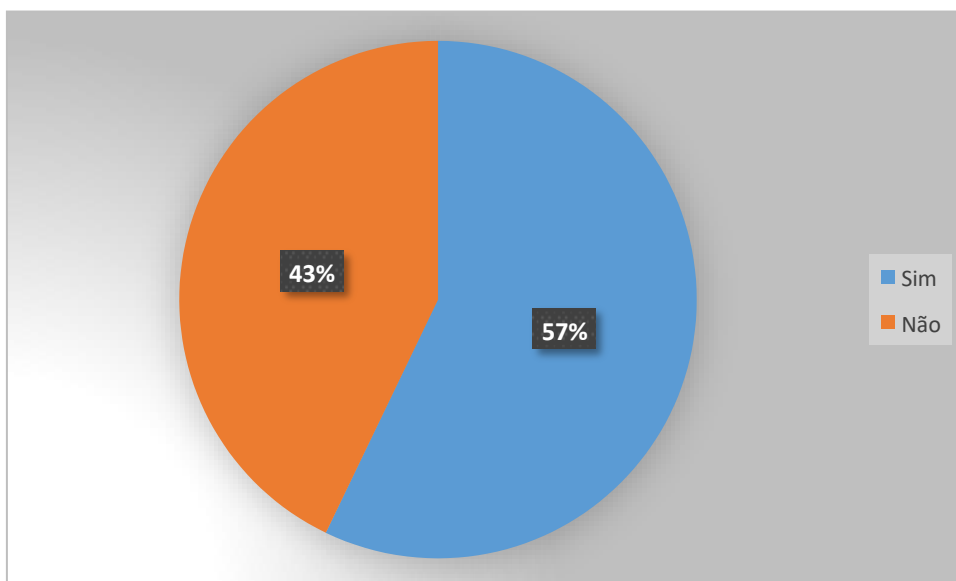
P1	A presença de cuidadores permitiu um atendimento especial a essas crianças, o que favoreceu a aprendizagem.
P2	No decorrer da chegada das crianças observou-se que a instituição tem buscado acompanhar as crianças com visitas da SIAD e a instituição tem buscado cuidadores para o mesmo orientado aos pais para a busca do seu diagnóstico.
P3	As crianças eram tímidas, mas no decorrer do ano passaram a interagir.
P4	O ambiente escolar que atua, no momento não disponibiliza recursos materiais e estruturais.
P5	Foi possível perceber uma melhora no comportamento e uma maior facilidade de socialização e interação com o outro, com ambientes contendo diferentes sons e sensações, oralidade e coordenação motora.
P6	Nem sempre, pois ainda não existe essa metodologia por completo, nem como aplicar de maneira que podemos ver essa evolução.
P7	A pouca experiência que tive demonstrou que a rotina em sala e a prática pedagógica em um certo nível proporciona aprendizado e contribui para o desenvolvimento da criança.
P8	A criança desenvolve, mas a instituição não desenvolve metodologias direcionadas para crianças com TEA.
P9	Porque as crianças com TEA na maioria das vezes são muito agitadas e de alguma forma acaba afetando o aprendizado de outras crianças.
P10	Temos mais dificuldades na adaptação escolar, devido as crises comuns nas crianças com TEA, muitas vezes temos que dar atenção somente a eles.

P11	Porque as crianças com TEA na maioria das vezes são muito agitadas e de alguma forma acaba afetando o aprendizado de outras crianças.
P12	Pois o acompanhamento por parte das cuidadoras com as crianças com TEA.
P13	No social, a inserção das crianças em atividades com rodinha, foi possível notar um avanço. Porém, em relação ao nível de aprendizagem faltam recursos a disposição do professor.
P14	Na socialização, tanto da criança com o TEA, como nas demais, ou seja, no convívio entre elas.
P15	Na questão da convivência com outras crianças.

Fonte: Professoras sujeitos da pesquisa, 2023

O posicionamento do P8 chamou a atenção “A criança desenvolve, mas a instituição não desenvolve metodologias direcionadas para crianças com TEA”. Outros apontam as crises como dificuldades, pois não tem preparo para acalmar os alunos e acabam interferindo na aprendizagem dos demais. E que a linguagem corporal dessa criança também pode ser uma fonte de informação, uma vez que seu vocabulário é limitado e por isso sua agitação ou isolamento podem demonstrar que algo está errado ou a incomodando (Oliveira, 2016).

Gráfico 7 - Relação professor X aluno?



Fonte: Pesquisa de campo (2023)

Em relação ao professor e aluno, 57% disseram que sim e 43% não. Informações importantes de serem analisadas a seguir:

Quadro 6. Justifique?

P1	O diagnóstico em relação a patologia ou deficiência das crianças permitiu uma melhor compreensão do comportamento e aprendizagem do aluno.
P2	O professor ainda precisa mais de acessórios e um método mais eficaz para poder ter um bom trabalho com essas crianças, claro que as vezes recebemos orientações como se trabalhar, porém, sempre temos como desvantagem a quantidade de alunos que deixa a desejar um trabalho bem elaborado e executado.
P3	Sim, as crianças passaram a ter afetividade.
P4	Percebo que a relação entre professor e aluno é de respeito, empatia e cuidado, as professoras em sua maioria estão sempre buscando se capacitar e proporcionar a melhor prática.
P5	Torna o trabalho e ação docente muito mais sensível e empático, fazendo nos buscar sempre novas estratégias para o fazer docente.
P6	Não respondeu.
P7	No meu caso houve proximidade e relação de confiança e afeto foi desenvolvida.
P8	Não respondeu.
P9	O professor da educação infantil de alguma forma tem uma preparação para lidar com as fases de desenvolvimento da criança, seja ela com TEA ou não.
P10	O professor está na maioria do tempo esgotado o que interfere na qualidade do trabalho.
P11	O professor da educação infantil de alguma forma tem uma preparação para lidar com as fases de desenvolvimento da criança, seja ela com TEA ou não.
P12	Pois a professora de educação já tem uma formação e preparação para lidar com as várias fases de desenvolvimento da criança.

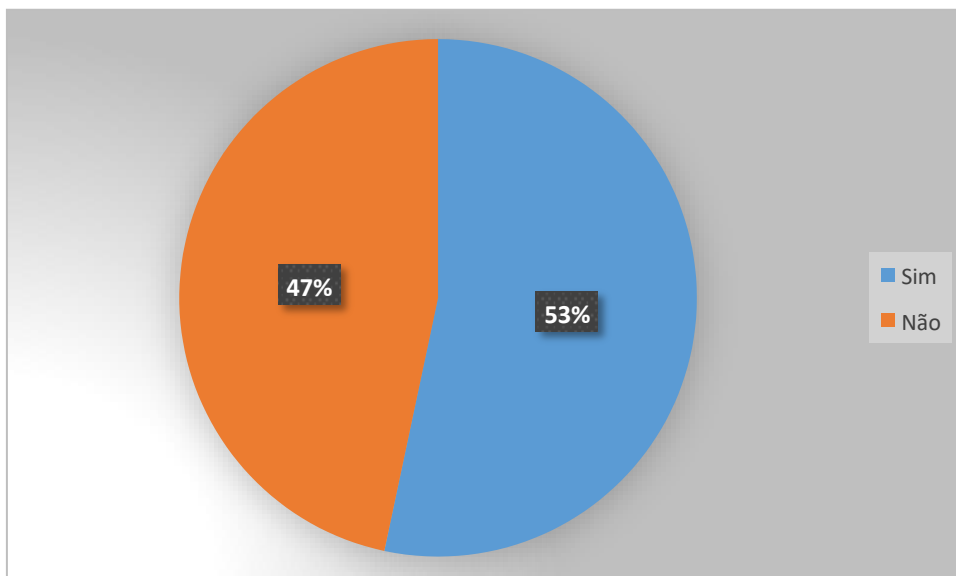
P13	Melhorou, a professora procura sempre envolver as crianças em projetos. O que conseqüentemente melhorou a relação entre professor e aluno.
P14	O afeta, o professor acaba se ligando mais ainda com essas crianças.
P15	Nós professores fazemos o que está ao nosso alcance, porque acredito que a falta na instituição é uma sala de recurso, para ajudar no processo de ensino-aprendizagem.

Fonte: Professoras sujeitos da pesquisa, 2023

Alguns professores como o P7 responderam que “No meu caso houve proximidade e relação de confiança e afeto foi desenvolvida”. Em nosso país a educação escolar é direito garantido por lei atendendo às modalidades da Educação Básica: Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio. À criança de 0 a 5 anos de idade é assegurado, segundo a Lei 9.394/96 em seu Art. 29 o atendimento/ensino em creches e pré-escolas tendo como finalidade a ampliação de suas habilidades e competências em modo integral, considerando seus aspectos físico, afetivo, intelectual, linguístico e social (Brasil, 1996).

O ambiente escolar, principalmente na educação infantil deve oferecer os recursos, espaço físico adequado, materiais lúdicos e didáticos que ampliem na criança as habilidades pessoais e a ajudem no desenvolvimento físico-motor e social. E com as crianças com TEA esse processo não é diferente.

Gráfico 8 - Envolvimento dos pais?



Fonte: Pesquisa de campo (2023)

Em relação ao envolvimento dos pais, 53% disseram que sim e 47% que não. Outra análise importante de ser realizada logo após a justificativa dos professores.

Quadro 7. Justifique?

P1	O fato de os pais serem chamados para constantes conversas, fez com que eles estivessem próximos.
P2	Antes o índice de pais que rejeitava um relato sobre seus filhos através do professor tem diminuído, até porque já se tem muitas campanhas e esclarecimento sobre, porém, ainda encontramos pais com resistência em acompanhar seus filhos quando a instituição chama para uma conversa para orientar sobre o assunto.
P3	Os pais aceitaram que a criança tem dificuldades, porém, não levou a criança ao CRAS.
P4	As famílias estão mais atentas entretanto, muito ainda apresentam resistência na busca de tratamento e até mesmo aceitação da condição especial da criança.
P5	Percebo uma maior preocupação dos pais e participação nas atividades da escola.
P6	Os pais nem sempre se interessam por esses resultados, as vezes só querem um lugar para seu filho ficar, e não acompanham esse processo.
P7	No meu caso específico a família, especialmente a mãe, é atenta, conhece as necessidades e limitações da criança e proporciona todo o suporte que pode.
P8	Não respondeu.
P9	Falta de engajamento como: palestra, informação para os pais da criança com TEA.
P10	Os pais muitas vezes veem os professores como babás de suas crianças especiais, e não dão o auxílio mínimo necessário, que seria fazer terapia.
P11	Falta de engajamento como: palestra, informação para os pais da criança com TEA.

P12	Não, pois a instituição não oferece suporte para ajudar as famílias como: palestra, encontros, atividades lúdicas com a família e a criança.
P13	O diálogo com os pais ajudou a envolvê-los no processo de ensino aprendizagem.
P14	Algumas pois são bem parceiros, realmente dedicam-se no acompanhamento de seus filhos, realizando tudo que se faz necessário, outros responsabilizam apenas a instituição.
P15	Alguns pais não procuram ajuda seus filhos, procurando fora terapia, para ajudar no processo de aprendizagem.

Fonte: Professoras sujeitos da pesquisa, 2023

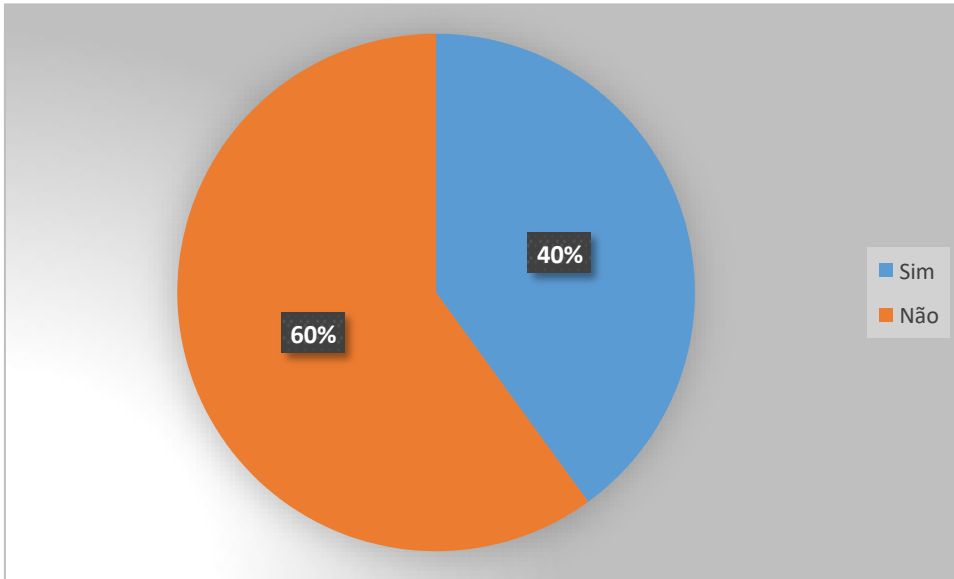
Os depoimentos dos professores são vários, porém, existe uma linha voltada para a identificação dos pais que não ajudam seus filhos com TEA, as vezes não sabem como lidar, não procuram terapias, e outros negam o diagnóstico que a criança apresenta, dificultando o trabalho da escola e dos professores.

A família é a base de sustentação da criança, quando está consegue implantar o que a Constituição confere, conseqüentemente obedecerá aos princípios e tornará a criança um cidadão de caráter.

Segundo os critérios do Manual de Diagnóstico e Estatística dos Transtornos Mentais - Quinta Edição (DSM-V-TR), para que a criança seja diagnosticada com transtorno autista, ela deve manifestar metade dos sintomas apresentados sendo que pelo menos dois devem ser na área de interação social, um na área de comunicação e um na área de comportamentos restritos, repetitivos e estereotipados (Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais DSM-5, 2014).

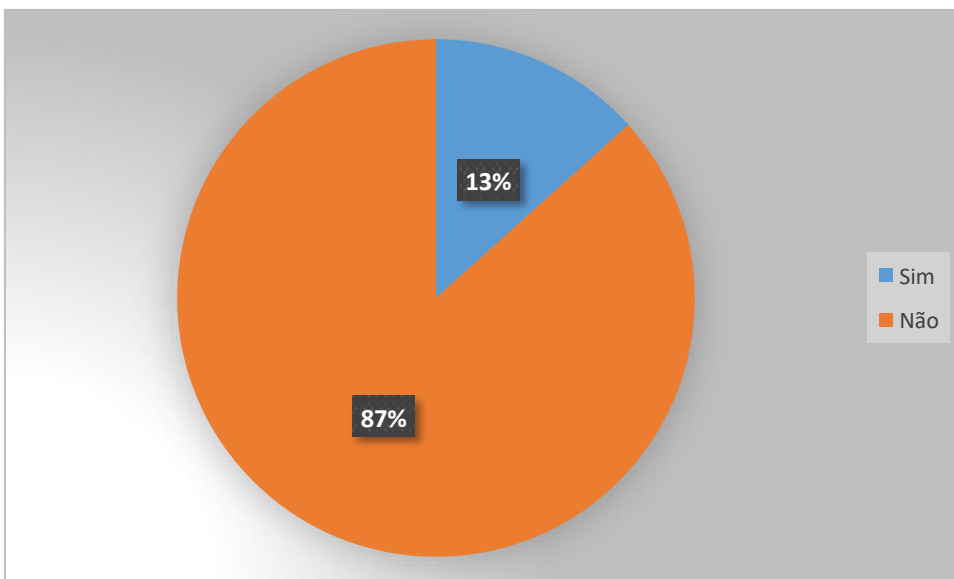
O autismo tem deixado inúmeras famílias em situação de extremo desconforto, pois a pessoa com autismo, quase sempre, se apresenta com uma aparência bem alegre e receptiva, mas pouco depois passa a ser alterada para um perfil irregular de desenvolvimento e que deixa os pais confusos. Em outras palavras, a criança com este distúrbio neurológico apresenta um bom funcionamento em diversas áreas, mas por outro lado já não apresentam a mesma resposta, pois, estão diretamente comprometidas

Como a Secretaria de Educação trabalhou com a escola a respeito de metodologia de inclusão escolar como crianças diagnosticadas com o espectro autista:

Gráfico 9 - Discutiu as medidas, programas ou projetos?

Fonte: Pesquisa de campo (2023)

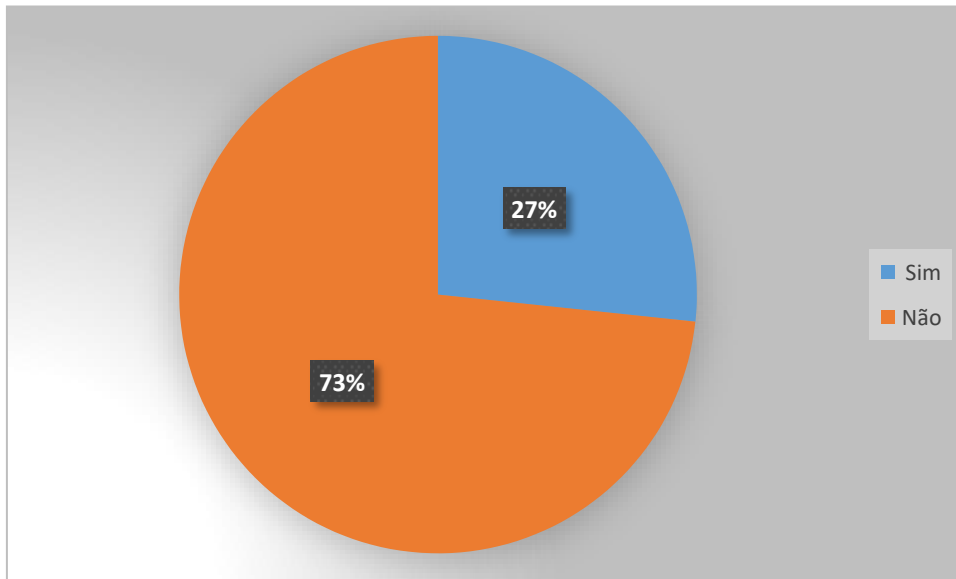
Em relação a forma como a Secretaria de Educação trabalhou com a escola a respeito de metodologia de inclusão escolar como crianças diagnosticadas com o espectro autista, foi questionada se discutiu as medidas, programas ou projetos, 40% disseram que sim e 60% não. Sobre um tema de tanta relevância seria extremamente necessário que o órgão citado oferecesse medidas que ajudassem não somente os professores dessa escola, mas de todas as escolas do município sobre alunos com TEA.

Gráfico 10 - Ouviu a opinião da escola?

Fonte: Pesquisa de campo (2023)

Sobre ter ouvido a opinião da escola, 13% disseram que sim e 87% não. Um dado preocupante, pois são os professores que tem o acesso diário aos alunos, sejam eles com TEA ou não, eles sabem identificar aquilo que a escola necessita para ofertar um ensino de qualidade, e quando não são ouvidos fica difícil seguir para um caminho positivo para esses alunos.

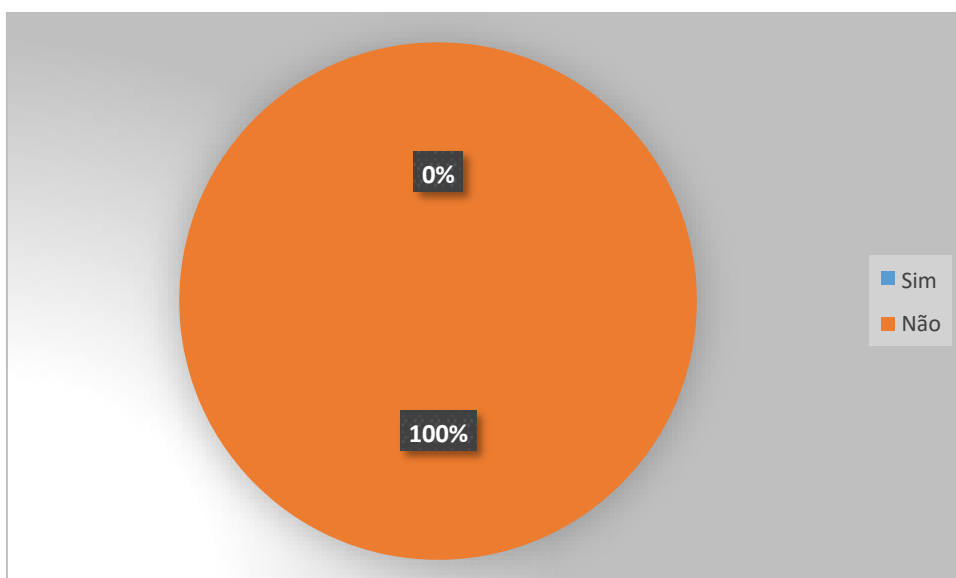
Gráfico 11 - Deu apoio técnico?



Fonte: Pesquisa de campo (2023)

Sobre conceder e/ou disponibilizar apoio técnico, 27% disseram que sim e 73% não. O apoio técnico é relevante, pois há carências que professores sozinhos não conseguem atender.

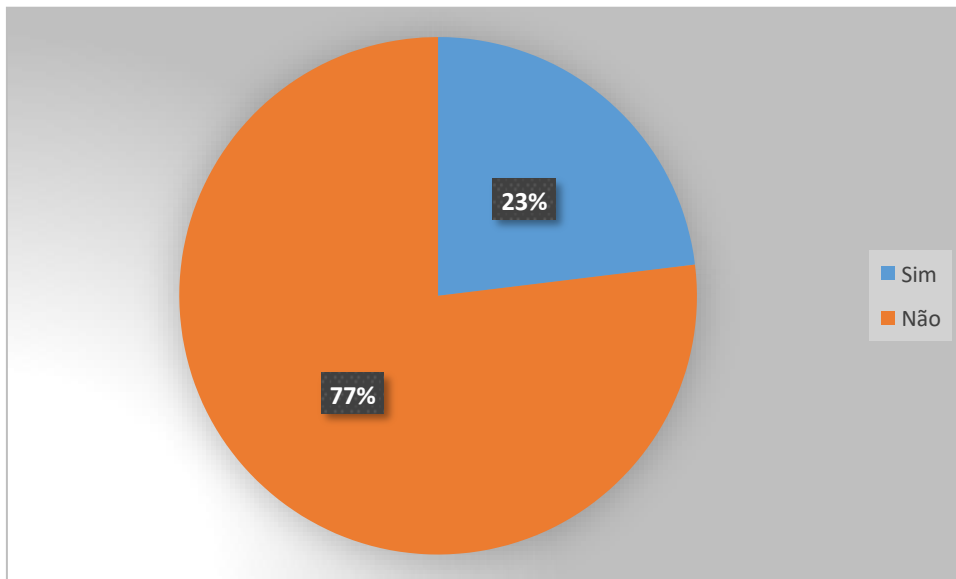
Gráfico 12 - Deu apoio financeiro?



Fonte: Pesquisa de campo (2023)

Sobre a possibilidade de apoio financeiro, todos responderam que não. Essa questão financeira é bem exaustiva e inacessível de informações, porém, a escola precisa sim de recursos financeiros para ofertar melhores condições para seus alunos com TEA, começando pelas salas de recursos e materiais que ajudem professores a atender melhor esses alunos e conseguir dar um feedback de qualidade as famílias sobre o desenvolvimento dessas crianças.

Gráfico 13 - Capacitou professores, diretores e coordenadores?



Fonte: Pesquisa de campo (2023)

A capacitação no meio educacional é sempre um tema que gera inúmeros debates, por isso, 23% disseram que foram capacitados, tanto eles como diretores e coordenadores, mas 77% disseram que não. O caminho para que a educação inclusiva consiga alcançar sua amplitude necessária ainda parece ser longo. Os desafios dos profissionais que se dispõem a trabalhar com alunos com deficiências nas salas regulares parecem ser ainda maiores do que para os demais docentes. Especialmente, porque a formação que é dada pelas Instituições de Ensino Superior (IES), ainda não contempla a totalidade das exigências que esses profissionais enfrentam no seu cotidiano (Cruz, 2022).

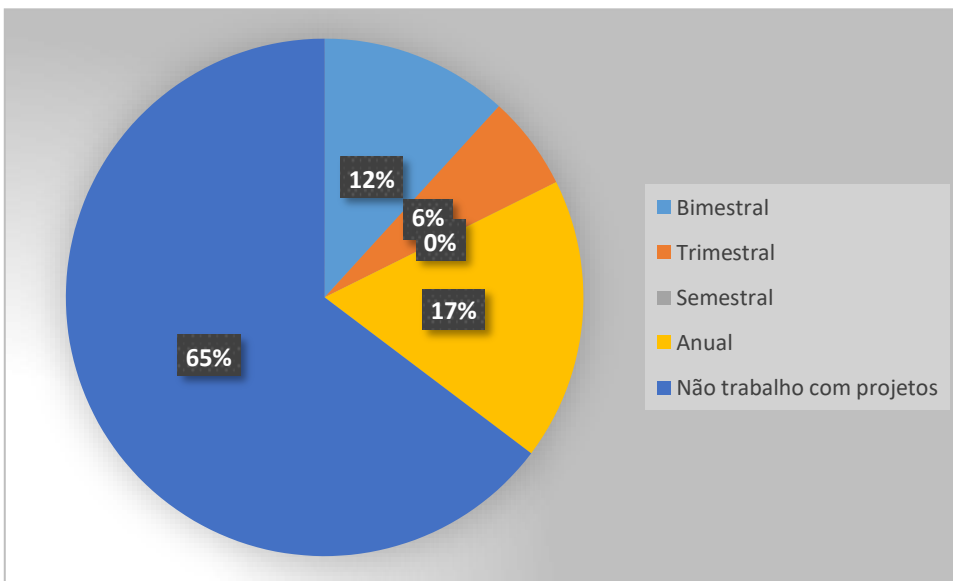
Na Política Nacional de Educação Especial (2008, p. 12), observa-se uma lacuna no que diz respeito à formação de professores. Para atuar na Educação Especial, o professor deve ter como base sua formação inicial e continuada, conhecimentos gerais para o exercício da docência e conhecimentos específicos da área.

A insegurança de muitos professores, associada ao despreparo profissional proporcionado por muitos cursos, é um fator que necessita ser equacionado e superado. Não se pode afirmar

que a experiência direta, a interação com pessoas com deficiência, seja um requisito prévio para o desenvolvimento do processo de inclusão em uma escola (Neves; Rahme; Ferreira, 2019, p. 85).

Vale destacar a importância do trabalho articulado entre o professor da sala de aula e o professor do Atendimento Educacional Especializado- AEE, a fim de garantir as condições necessárias ao ensino e a aprendizagem das crianças com deficiência na educação infantil.

Gráfico 14 - Com que frequência você trabalha com metodologia de inclusão de crianças com deficiências nessa instituição de ensino?



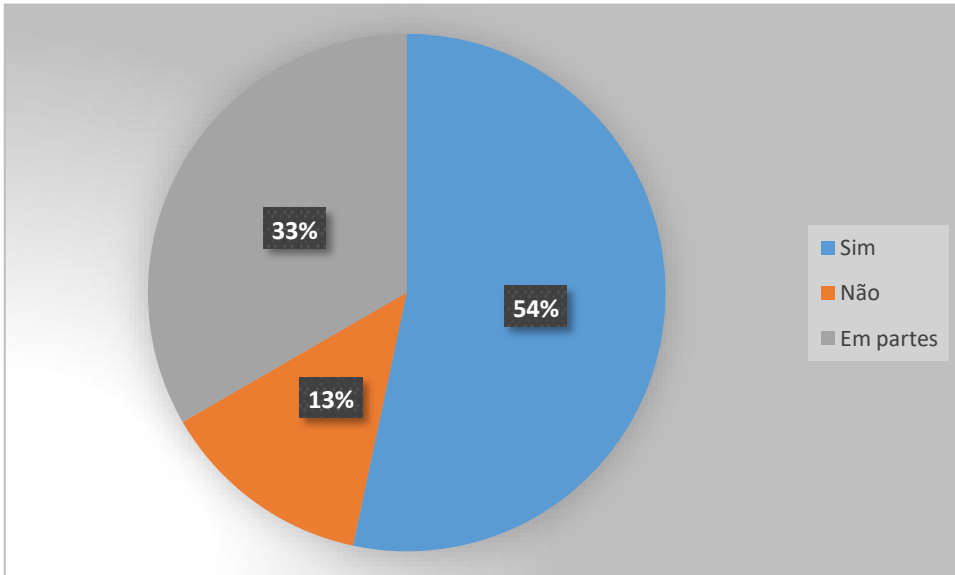
Fonte: Pesquisa de campo (2023)

Os professores foram questionados sobre com que frequência eles trabalham com metodologia de inclusão de crianças com deficiências nessa instituição de ensino, 12% de forma bimestral, 6% trimestral, 17% anual e 65% não trabalha com projetos. Os professores precisam inovar, com novas metodologias de ensino, com a finalidade de atender a todos os alunos sem discriminação. (Chalita 2004, p. 162) “para que um professor desempenhe com maestria a aula na matéria de sua especialidade, ele precisa conhecer as demais matérias, e acima de tudo conhecer o aluno”.

Com isso, o processo de ensino aprendizagem no atendimento inclusivo, precisa de profissionais criativos, que possam desempenhar o seu papel com relevância, e que esse processo, não acontece de uma hora para outra, mas que exige muita dedicação e competências, de modo que os professores devem estar sempre atentos para as peculiaridades de cada aluno

com deficiência, criando condições para que todos aprendam a conviver, respeitando as diferenças, em todo o ambiente escolar (Brito; Teixeira, 2020).

Gráfico 15 - A prática de metodologia de inclusão de crianças com deficiências pode ser associada aos conteúdos trabalhos em sala de aula?



Fonte: Pesquisa de campo (2023)

Os professores foram questionados se a prática de metodologia de inclusão de crianças com deficiências pode ser associada aos conteúdos trabalhos em sala de aula. Assim, 54% disseram que sim, 13% não e 33% em partes.

Quadro 8. Justifique?

P1	Não respondeu.
P2	Se o professor adaptar os conteúdos a realidade da criança podemos dizer que há uma associação, porém, em um contexto amplo as práticas metodológicas nem sempre aborda as diferenças.
P3	Na prática não acontece.
P4	Com apoio de recursos próprios é sim possível adaptar todo conteúdo as condições especiais da criança.
P5	Acredito que todos os conteúdos da educação infantil podem ser adaptados ao trabalho com crianças autistas.

P6	Todas nossas práticas as crianças com deficiências estão incluídas, as vezes pode ser que ela não conclua ou realize por questão da sua limitação, mas fazemos o possível para que aconteça.
P7	Em relação a todo e qualquer conteúdo existem diferentes maneiras de ser ensinadas, o que muitas das vezes acontece é a falta de condições em diferentes aspectos.
P8	Não respondeu.
P9	Pois as metodologias ativas não oferecem estratégias interessantes para um aprendizado significativo para todos.
P10	Não respondeu.
P11	Pois as metodologias ativas não oferecem estratégias interessantes para um aprendizado significativo para todos.
P12	Sim, o professor precisa adaptar as atividades de acordo com a necessidades dos alunos.
P13	Pois há conteúdos que podem ser trabalhados na metodologia de inclusão.
P14	Os conteúdos precisam pra isso, alcançar os dois alvos, o que se faz necessário suporte, para aplicação do mesmo.
P15	O conteúdo pode ser trabalhado com métodos e recursos direcionados a especialidade da determinada deficiência.

Fonte: Professoras sujeitos da pesquisa, 2023

Alguns professores têm posicionamento bastante interessantes e outros são bem diretos em suas respostas, como por exemplo o P3 que informa “Na prática não acontece”. Por outro lado, o P15 relata que “O conteúdo pode ser trabalhado com métodos e recursos direcionados a especialidade da determinada deficiência”. A adaptação de conteúdo é de extrema importância, ainda mais quando a escola não disponibiliza essa sala de recurso e muitas das vezes não oferta um atendimento individualizado aos alunos com TEA.

Na educação especial existem algumas classes ou escolas especializadas devem ser criadas ou adaptadas para atender a demandas específicas do público-alvo da educação especial.

Na educação inclusiva todas as escolas devem passar por adaptações para receber todas as crianças com suas diferentes demandas (Brasil, 2020).

Portanto, diante do cenário que se apresenta, a sala de recurso é de suma importância para que as práticas da educação inclusiva funcionem de fato e também possibilitem com que aconteça um ensino sensível e democrático para os alunos com necessidades especiais, como é o caso das crianças com TEA, um ambiente que deve proporcionar alternativas para que os alunos com necessidades educacionais especiais se sintam acolhidos para experienciar e vencer obstáculos de maneira adaptada as suas necessidades (Sena, 2020).

- Discussão sobre o questionário aplicado para a coordenadora

De acordo com o questionário aplicado a coordenadora foi coletado as seguintes informações: a profissional tem Especialização, tem idade de 41 a 50 anos, exerce a função de coordenadora a 3 anos, já atuou como professora por 5 ou mais anos.

Com base na fala da coordenadora o critério utilizado para exercer essa função é curricular, formação, especialização, tempo de serviço e etc.

Nas palavras da coordenadora ela acredita em partes na eficácia da prática de metodologia de inclusão escolar de crianças diagnosticada com espectro autista na instituição educacional, pois segundo ela: estamos sempre buscando a inclusão em todas as atividades desenvolvidas com as crianças.

A coordenadora trabalha com projeto de inclusão escolar de criança com deficiências nessa instituição de ensino.

Na concepção da coordenadora quando foi questionada sobre como deve ser organizado e implementado a prática de metodologias de inclusão escolar de crianças com espectro autista na instituição educacional, ela diz: a implantação de uma sala de recurso seria o ideal.

Segundo a coordenadora a prática de metodologias de inclusão escolar de crianças com deficiências refletiu em alguma mudança na instituição referente ao nível de aprendizagem dos alunos, pois as crianças conseguem já ter um pouco de autonomia em relação as atividades pedagógicas.

Em relação professor X aluno ela menciona que a professora cria um laço entre a criança que facilita o aprendizado. Sobre o envolvimento dos pais, ela diz que os pais em sua maioria na verdade procuram ajuda de profissionais na área que a criança necessita para facilitar o trabalho da professora e em casa também.

Em relação ao nível de aprendizagem dos alunos ela diz que as crianças tem acompanhamento na sala de recurso e com profissional adequado que trabalha a sua deficiência e tem um rendimento significativo na aprendizagem,

A respeito da Secretaria de Educação trabalhou com a escola a respeito de metodologia de metodologias de inclusão escolar de crianças com o transtorno do espectro autista, ela menciona que sim, elas discutem as medidas, programas ou projetos e dão apoio técnico, e existe capacitação de professores, diretores e coordenadores.

Com que frequência trabalha com prática metodológicas de inclusão escolar com crianças com deficiências nessa instituição de ensino, ela afirma que é anual.

Em relação a prática de metodologias de inclusão pode ser associada aos conteúdos trabalhos em sala de aula, em partes, porque nos momentos das brincadeiras e interações.

O posicionamento da entrevistada é importante numa pesquisa como essa e suas falas corroboram bastante com a fala dos professores, principalmente quando o assunto é a falta dessa sala de recursos, que na sua opinião seria ideal. A legislação e os documentos curriculares asseguram a respeito do Atendimento Educacional Especializado, ao mesmo tempo que na escola foi possível identificar como ocorre esse atendimento quando não se tem essa sala de recursos, comprovando que realmente os direitos desses estudantes não vêm sendo assegurados nesse sentido (Brasil, 2011).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa mostrou que existe uma distância considerável a respeito da aplicabilidade das Leis Federais nº. 12.764/2012 e 13.146/2015 em relação a Educação Inclusiva no Município de Imperatriz/MA alvo dessa pesquisa ainda tem um longo caminho a percorrer, mesmo com seus esforços e comprometimento com a educação.

Todavia, antes de chegar a esse resultado o estudo pode mostrar que o Transtorno do Espectro Autista, antes de ser definido como um transtorno do neurodesenvolvimento acabou sendo confundido com a esquizofrenia ao longo da história, muito se deu porque aparentemente alguns comportamentos e sintomas dos autistas eram muito parecidos aos das pessoas esquizofrênicas, essa similaridade somente deixou de existir quando o autismo passou a ser estudado de forma mais científica sendo diagnosticado como um distúrbio do desenvolvimento, uma síndrome.

Diante disso, mesmo por ter ocorrido diversas mudanças, ainda há muitas modificações que podem ser feitas, pois, as contingências mudam, há novos estudos e novas descobertas que ajudam muito na capacitação dos pais, professores e cuidadores de forma a melhorar os comportamentos relacionados a aprendizagem, o vínculo social, a extinção de comportamentos aversivos entre outras melhorias que podem ajudar nesse processo.

Defende-se nesse estudo a importância da inclusão nas escolas referindo-se aos autistas, pois ao colocá-los junto as demais crianças acaba alterando o ambiente em que ela está inserida, aumentando também suas possibilidades de melhor se comunicar, ajuda na interação social e modifica os comportamentos, apesar do fato de que por diversas vezes a inclusão acaba se tornando uma exclusão devido a forma com que é aplicada.

Ainda em relação a pesquisa teórica ficou claro as dificuldades encontradas pelo professor quando não se tem o preparo adequado para conduzir alunos autistas em sala, pois, esses alunos geralmente apresentam diversos sintomas, e entre eles estão alguns prejuízos cognitivos, atrasos da linguagem e alterações comportamentais que podem resultar em agressividade, autoagressividade e estereotípias diversas, por isso, os professores tem dificuldades na aplicação de regras e rotinas, mudanças de hábitos, socialização com os alunos e a comunicação com os familiares que por não conhecer acabam não aceitando um diagnóstico da criança.

Diante desses sintomas e dessas situações fica complexo para o professor trabalhar de forma eficaz, pois sem o devido apoio da família da criança e principalmente sem capacitação que é fundamental para lidar com o que pode acontecer em sala.

É necessário entender que cada aluno aprende de uma forma diferente, por isso, é importante um manejo do professor para que cada um consiga aprender o conteúdo ensinado, com o aluno autista os ensinamentos são vistos como um grande desafio, pois os autistas apresentam comportamentos e dificuldades diferentes dos demais alunos, precisando de uma atenção e uma forma de ensino específica com a introdução de técnicas que possam auxiliar no aprendizado.

No que se refere a pesquisa de campo realizada numa escola de educação infantil no Município de Imperatriz/MA com aplicação de questionários para 15 professores e 1 coordenadora pode destacar que existem determinados desafios em relação ao conhecimento das professoras sobre Transtorno do Espectro Autista – TEA, carência de recursos (Atendimento Educacional Especializado; sala de recurso), superlotação de alunos autistas na sala de aula; falta de apoio da Secretaria de Educação; falta de formação dos professores, agressividade e recusa em realizar as tarefas; resistência dos pais em relação ao diagnósticos dos filhos foram as principais dificuldades enfrentadas pelos professores no processo de ensino das crianças com TEA na educação infantil.

Conclui-se que apesar da inclusão estar se fazendo presente nas escolas, os professores ainda enfrentam vários obstáculos por não saber como lidar com o crescente número de crianças com as características e dificuldades apresentadas neste espectro do TEA, por isso, não se pode deixar de destacar a importância da capacitação dos profissionais educadores e um ambiente propício, para que estes possam proporcionar um ensino de qualidade as crianças com esse diagnóstico.

Além disso, não se pode deixar de pontuar que principalmente quanto a aplicabilidade da Lei Federal Nº 13.146/2015 na educação infantil não se concretiza na realidade a questão do atendimento educacional especializado e conseqüentemente da sala de recursos. Diante disso, entendeu-se nesse estudo que o atendimento educacional especializado (AEE), ofertado por meio das salas de recursos multifuncionais (SRM), é formado através da promoção e desenvolvimento da educação inclusiva e que respeita a diversidade. A Sala de Recursos Multifuncionais pode funcionar de suma importância para que as práticas da educação inclusiva sejam executadas e efetivas, funcionando como um espaço que fomenta aos alunos com necessidades educacionais especiais, a oportunidade de ter um acompanhamento individualizado, atendendo suas necessidades. Os desafios não deixam de existir por isso, tanto que foi relatado a falta de formação adequada para os educadores; falta de preparação dos cuidadores; adaptação das atividades de acordo sua deficiência; número de alunos nas turmas.

A escola, atuando como instituição formadora, precisa deixar de lado essa difusão de ideias e de conceitos que fortaleçam o preconceito e a discriminação das pessoas no ambiente escolar, especialmente do público-alvo da educação especial.

REFERÊNCIAS

AGRIPINO-RAMOS, Cibele Shirley. Inclusão escolar de crianças com transtorno do espectro autista: um estudo longitudinal. **Tese**. João Pessoa-PB, Setembro / 2019

ALVES, D. E. **O autismo e o processo de inclusão na perspectiva escolar**: análise de caso na Escola Professora Ondina Maria Dias, em Tijucas/Santa Catarina. Centro de Filosofia e Ciências Humanas Instituto de Estudos de Gênero Curso de Especialização - EAD Gênero e Diversidade na Escola. Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Florianópolis, 2016.

AMADOR, Judenilson Teixeira. Concepções e modelos da formação continuada de professores: um estudo teórico. **Revista Humanidades e Inovação** v.6, n. 2 – 2019.

BARBOSA, Priscila Maria Romero. **Autismo**. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/14/40/autismo>. Acesso em: 30/11/2023.

BEZERRA, Giovani Ferreira. A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva: a problemática do profissional de apoio à inclusão escolar como um de seus feitos. **Revista Brasileira de Educação Especial**. Bauru, v.26, n.4, p.673-688, Out-Dez., 2020.

BISPO, Matheus Luamm Santos Formiga; RODRIGUES, Osana Pereira Souza; SANTOS, Samanta Souza. **O lúdico na aprendizagem do aluno autista na educação infantil**. SIMEDUC 24 a 26 de março de 2021.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: Senado Federal: Subsecretaria de Edições Técnicas, 2003.

BRASIL. Lei 13.146/2015 - **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência**. 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm. Acesso em: 24/09/2023.

BRASIL. **Decreto Nº 7.611, de 17 de novembro de 2011**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm. Acesso em: 02/11/2023.

BRASIL. Lei 12.764/2012 - **Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista e estabelece diretrizes para sua consecução**. 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112764.htm. Acesso em: 24/09/2023.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação. **PNEE: Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida/ Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação** – Brasília; MEC. SEMESP. 2020.

BRITO, Jaíne da Silva; TEIXEIRA, Verônica Rejane Lima. **Educação Inclusiva e o Papel do Professor**. Id on Line Rev. Mult. Psic. V.14, N. 52, p. 718-728, Outubro/2020.

BRUNO, Marilda Moraes Garcia. **Educação infantil: saberes e práticas da inclusão: introdução.** [4. ed.] / elaboração. – Brasília: MEC, Secretaria de Educação Especial, 2006.

CABRAL, Cristiane Soares; MARIN, Angela Helena. Inclusão escolar de crianças com transtorno do espectro autista: uma revisão sistemática da literatura. **Educação em Revista** | Belo Horizonte|n.33|e142079|2017.

CHALITA, G. **Educação: a solução está no afeto**, São Paulo, Editora Gente, 2001 1ª edição, 2004 edição revista e atualizada.

CAMARGO, Pimentel Höher; BOSA, Cleonice Alves. Competência social, inclusão escolar e autismo: revisão crítica da literatura. **Psicologia & Sociedade**, v. 21, n. 1, p. 65-74, 2009.

CAMARGO, S. P. H; SILVA, G. L; CRESPO, R. O; OLIVEIRA, C. R; MAGALHÃES, S. L. **Desafios no Processo de Escolarização de Crianças com Autismo No Contexto Inclusivo: Diretrizes para Formação Continuada na Perspectiva dos Professores.** EDUR. Educação em Revista. 2020.

CRUZ, Renata Santos. A formação de professores em pedagogia frente ao processo de inclusão nas escolas regulares de ensino. **Trabalho de Conclusão de Curso.** Belém – PA, 2022.

DINIZ, Francisco Espedito; SOUZA, Bruna Victória de. Educação inclusiva: desafios e possibilidades. **VII Congresso Nacional de Educação.** 15, 16 e 17 de outubro de 2020.

FINK, Isabel Cristina. **Autismo e educação: possibilidades e estratégias de inclusão.** Trabalho de conclusão de curso, Licenciatura em Pedagogia – Universidade do Vale do Taquari, (Univates). Lajeado, 2018.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GIL, A. C. **Metodologia do ensino superior.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

GROSSI, Márcia Gorett Ribeiro; GROSSI, Vitor Gabriel Ribeiro; GROSSI, Breno Henrique Ribeiro. O processo de ensino e aprendizagem dos alunos com TEA nas escolas regulares: uma revisão de teses e dissertações. **Cadernos de Pós-Graduação em Distúrbios do Desenvolvimento** São Paulo, v. 20, n. 1, p. 12-40, jan./jun. 2020.

GUIMARÃES, Thaliane Cristina Alves. Educação inclusiva e os desafios da escola. **Monografia.** Goiânia, 2022.

KHOURY, Lais Pereira. **Manejo comportamental de crianças com Transtornos do Espectro do Autismo em condição de inclusão escolar.** São Paulo, 2014, p. 6; 9; 15.

LAKATOS, Eva Maria. MARCONI Marina de Andrade. **Fundamentos de Metodologia Científica.** São Paulo: 7ª Edição. Atlas, 2010.

LIBÂNEO, José Carlos. **Pedagogia e pedagogos, para quê?** 12. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

- LOUREIRO, Célia Regina Machado Jannuzzi; SILVA, Rosilene Lima da. Políticas públicas de educação inclusiva: desafios à formação de estudantes público-alvo da educação especial. **Revista de Estudos em Educação e Diversidade**. v. 2, n. 3, p. 196-210. jan./mar. 2021.
- MARFINATI, A. C. & ABRÃO, J. L. F. (2014). **Um percurso pela psiquiatria infantil**: dos antecedentes históricos à origem do conceito de autismo. *Estilos da Clínica*, 19(2), 244-262.
- MENDES, E. G., 2004, “A radicalização do debate sobre a inclusão escolar no Brasil”. **Revista Brasileira de Educação**, Campinas, vol. 11, pp. 387-405.
- MELLO, Ana Maria S. Ros de. **Autismo**: guia prático. Colaboração: Marialice de Castro Vatauvuk. 7. ed. São Paulo: AMA; Brasília: CORDE, 2007.
- MELLO, Ana Maria S. **Ros de Autismo**: guia prático / Ana Maria S. Ros de Mello; colaboração : Marialice de Castro Vatauvuk. . ____6ª ed.____São Paulo: AMA; Brasília: CORDE, 2007.
- NASCIMENTO, Priscila de Souza; ROCHA, Ricalael Spirandeli. Políticas públicas de educação inclusiva: uma perspectiva entre os profissionais de apoio escolar e estudante mediado. **Revista Educação e Políticas em Debate** – v. 11, n. 1, p. 456-471, jan./abr. 2022.
- NETO, Antenor de Oliveira Silva, et al. Educação inclusiva: uma escola para todos. **Revista Educação Especial** | v. 31 | n. 60 | p. 81-92 | jan./mar. 2018.
- NEVES, Libéria Rodrigues; RAHME, Mônica Maria Farid; FERREIRA, Carla Mercês da Rocha Jatobá. Política de Educação Especial e os Desafios de uma Perspectiva Inclusiva. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 44, n. 1, e84853, 2019.
- NÓVOA, Antônio. **Formação de professores e profissão docente**. In: NÓVOA, A. (Org.). *Os Professores e sua formação*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1997.
- OLIVEIRA, M. L. S. Formação docente e inclusão de alunos com transtorno do espectro autista: Algumas Reflexões. **Trabalho de conclusão de curso**. Licenciatura em Pedagogia. Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa. 2016.
- OLIVEIRA, Francisco Lindoval. Autismo e inclusão escolar: os desafios da inclusão do aluno autista. **Revista Educação Pública**, v. 20, nº 34, 8 de setembro de 2020.
- PESSOTTI, Isaías. **Deficiência mental**: da superstição a ciência. São Paulo: EDUSP, 1984.
- PINTO, Beatriz de Brito, et al. Desafios enfrentados no processo de inclusão de indivíduos com transtorno do espectro autista no âmbito universitário. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 4, e31010414189, 2021.
- REIS, H. I. S., PEREIRA, A. P. S., & ALMEIDA, L. S. (2016). Características e especificidades da comunicação social na perturbação do espectro do autismo. **Revista Brasileira de Educação Especial**, 22(3), 325-336.

RIBAS, Heloísa. **Alunos autistas enfrentam dificuldades de inclusão**. Disponível em: <https://periodico.sites.uepg.br/index.php/educacao/2746-alunos-autistas-enfrentam-dificuldades-de-inclusao>. Acesso em: 24/10/2023.

SENA, MARIA ROSILENE DE, ET AL. Tecnologia e ensino inclusivo: A informática como ferramenta de inclusão escolar para o deficiente visual. **CONEDU VII Congresso Nacional de Educação**. 15, 16 e 17 de outubro de 2020.

SHIROMA, Eneida Oto; MORAES, Maria Célia Marcondes de; EVANGELISTA, Olinda. (Org.). **Política educacional**. 4. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

SILVA, Antonio Carlos Souza da; SILVA, Rafael Sabino da. Política pública na educação inclusiva. **VII Congresso Nacional de Educação**. 15, 16 e 17 de outubro de 2020.

SOUSA, ELAYNE OLIVEIRA; RIBEIRO, HELEN CRISTINA MOURA DA SILVA; SOARES, ZILMA CARDOSO BARROS. As contribuições da sala de recurso no desenvolvimento cognitivo das crianças na perspectiva da Educação Inclusiva. **Research, Society and Development**, v. 11, n. 14, e06111435932, 2022.

SOUZA, Celina. **Políticas Públicas**: uma revisão da literatura. *Sociologias*, Porto Alegre ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 20-45.

TEIXEIRA, Elizabeth. **As três metodologias**: acadêmica, da ciência e da pesquisa. 8º Edição. Editora Vozes: São Paulo, 2014.

TEIXEIRA, Meirielle Rosa; MAGALHÃES, Eliane Villefort Freitas. A importância da inclusão dos alunos com TDAH e da educação especial. **Artigo** apresentado como trabalho de conclusão de curso 2022.

VYGOTSKY, L.S. **Pensamento e linguagem**. Trad. M. Resende, Lisboa, Antídoto, 1979. A formação social da mente. Trad. José Cipolla Neto et alii. São Paulo, Livraria Martins Fontes, 1984.

APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO DIRECIONADO AS PROFESSORAS

1- Qual a sua formação?

- () Nível Fundamental
() Nível Médio
() Nível Superior área Educação
() Especialização / Aperfeiçoamento
() Mestrado
() Doutorado
() Outros. Quais? _____

2- Idade:

- () 20 – 30 anos
() 31 - 40 anos
() 41 – 50 anos
() 51 ou mais

3- Há quantos anos leciona?

- () até 5
() entre 6 e 10
() entre 11 e 15
() 16 ou mais

4- Você acredita na eficácia da prática de metodologia de inclusão escolar com crianças diagnosticadas com espectro autista na instituição educacional?

- () Sim
() Não
() Em partes

Justifique: _____

5- Atualmente você trabalha com alguma metodologia de inclusão escolar com crianças com deficiências nessa instituição de ensino?

- () Sim
() Não

6- Para você como deve ser organizado e implementado a prática de metodologias de inclusão escolar de crianças com deficiências e espectro autista na instituição educacional?

7- A prática de metodologia de inclusão escolar com crianças com deficiências e espectro autista refletiu em alguma mudança na instituição referente:

a) nível de aprendizagem dos alunos? () sim () não

Justifique: _____

b) relação professor X aluno? () sim () não

Justifique: _____

c) envolvimento dos pais? () sim () não

Justifique: _____

8- Como a Secretaria de Educação trabalhou com a escola a respeito de metodologia de inclusão escolar como crianças diagnosticadas com o espectro autista:

a) Discutiu as medidas, programas ou projetos? () sim () não

b) Ouviu a opinião da escola? () sim () não

c) Deu apoio técnico? () sim () não

d) Deu apoio financeiro? () sim () não

e) Capacitou professores, diretores e coordenadores? () sim () não

9- Com que frequência você trabalha com metodologia de inclusão de crianças com deficiências nessa instituição de ensino?

() Bimestral

() Trimestral

Semestral

Anual

Não trabalho com projetos

10- A prática de metodologia de inclusão de crianças com deficiências pode ser associada aos conteúdos trabalhos em sala de aula?

Sim

Não

Em partes

Justifique: _____

APÊNDICE B - QUESTIONÁRIO DIRECIONADO A COORDENADORA

1- Qual a sua formação?

- Nível Fundamental
 Nível Médio
 Nível Superior área Educação
 Especialização / Aperfeiçoamento
 Mestrado
 Doutorado
 Outros. Quais? _____

2- Idade:

- 20 – 30 anos
 31 - 40 anos
 41 – 50 anos
 51 ou mais

3- Há quantos anos exerce a função de coordenador(a):

- 1 ano
 2 anos
 3 anos
 4 anos
 5 ou mais

4- Já atuou como professor(a)? Sim Não

Por quanto tempo:

- 1 ano
 2 anos
 3 anos
 4 anos
 5 ou mais

Em que séries (anos)?

5- Qual o critério utilizado para você exercer essa função?

6- Você acredita na eficácia da prática de metodologia de inclusão escolar de crianças diagnosticada com espectro autista na instituição educacional?

- () Sim
 () Não
 () Em partes

Justifique: _____

7- Atualmente você trabalha com algum projeto de inclusão escolar de criança com deficiências nessa instituição de ensino?

- () Sim
 () Não

8- Para você como deve ser organizado e implementado a prática de metodologias de inclusão escolar de crianças com espectro autista na instituição educacional?

9- A prática de metodologias de inclusão escolar de crianças com deficiências refletiu em alguma mudança na instituição referente:

a) nível de aprendizagem dos alunos? () sim () não

Justifique: _____

b) relação professor X aluno? () sim () não

Justifique: _____

c) envolvimento dos pais? () sim () não

Justifique: _____

d) nível de aprendizagem dos alunos? () sim () não

Justifique: _____

10- Como a Secretaria de Educação trabalhou com a escola a respeito de metodologia de metodologias de inclusão escolar de crianças com o transtorno do espectro autista:

a) Discutiu as medidas, programas ou projetos? () sim () não

b) Ouviu a opinião da escola? sim não

c) Deu apoio técnico? sim não

d) Deu apoio financeiro? sim não

e) Capacitou professores, diretores e coordenadores? sim não

11- Com que frequência você trabalha com prática metodológicas de inclusão escolar com crianças com deficiências nessa instituição de ensino?

Bimestral

Trimestral

Semestral

Anual

Não trabalho com projetos

12- A prática de metodologias de inclusão pode ser associada aos conteúdos trabalhos em sala de aula?

Sim

Não

Em partes

Justifique: _____

APÊNDICE C - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Prezado(a) participante

Eu, ANNA CAROLINE CARVALHO E SILVA, CPF Nº 045.028.813-76, aluno(a) regularmente matriculado(a) 2019062262 no curso de nível de Bacharel da Universidade Federal do Maranhão, estou desenvolvendo uma pesquisa sob orientação da professora Dra. PAULA REGINA PEREIRA DOS SANTOS MARQUES DIAS.

A pesquisa para a construção da dissertação é intitulada: “ANÁLISE DAS LEIS FEDERAIS Nº 12.764/2012 E 13.146/2015 E A EDUCAÇÃO INCLUSIVA: um estudo da aplicabilidade em uma escola de educação infantil no Município de Imperatriz/MA”.

Como forma de esclarecimento:

I – Essa pesquisa está sendo realizada para elaboração da Monografia do curso de Graduação em Direito e como objetivo geral: investigar se em uma escola de educação infantil do município de Imperatriz – MA tem sido aplicada as Leis Federais Nº 12.764/2012 e Nº 13.146/2015. Os objetivos específicos incluem: discorrer sobre os pontos principais da Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (Lei Nº 12.764/2012) no âmbito escolar; discutir sobre o Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei Nº 13.146/2015); levantar as dificuldades enfrentadas pelos alunos com TEA na educação infantil; apontar os benefícios da aplicabilidade das Leis Federais Nº 12.764/2012 e Nº 13.146/2015 na educação infantil.

II – Quanto aos riscos deste estudo, consideramos que estes são mínimos, podendo haver, por exemplo, danos à privacidade em decorrência da publicação indevida dos dados, bem como constrangimentos. Em vista disso, os entrevistados poderão, a qualquer momento, optarem em não responder às perguntas ou até mesmo interromper a entrevista caso se sintam constrangidos. Não haverá nenhum procedimento invasivo à privacidade dos entrevistados. As entrevistas com os sujeitos da pesquisa (professores) ocorrerão em local fechado e reservado. Quanto aos benefícios deste estudo, são esperados contribuir para a compreensão do objeto de estudo da presente pesquisa é a educação inclusiva, dando um enfoque nas Leis Federais Nº 12.764/2012 e Nº 13.146/2015. E, mesmo não tendo benefícios diretos em participar, indiretamente você estará contribuindo para a compreensão do fenômeno estudado e para a produção de conhecimento científico.

III – Informamos ainda que a participação nesse estudo é voluntária e se você decidir não participar ou quiser desistir de continuar em qualquer momento, tem absoluta liberdade de fazê-lo. Na publicação dos resultados desta pesquisa, sua identidade será mantida no mais rigoroso sigilo. Serão omitidas todas as informações que permitam identificá-lo. Porém, garantimos aos participantes livre acesso aos resultados da pesquisa.

Quaisquer dúvidas relativas à pesquisa poderão ser esclarecidas pelo(a) pesquisador(a) ANNA CAROLINE CARVALHO E SILVA por meio do telefone/e-mail (99) 98170-1676 / ou pelo Comitê de Ética em Pesquisa (telefone 00000000000 / E-mail:), responsável pelo acompanhamento ético da pesquisa.

Eu _____, após ter recebido todos os esclarecimentos e ciente dos meus direitos, concordo em participar desta pesquisa, bem como autorizo a divulgação e a publicação de toda informação por mim transmitida, exceto dados pessoais, em publicações e eventos de caráter científico. Desta forma, assino este termo, juntamente com o pesquisador, em duas vias de igual teor, ficando uma via sob meu poder e outra em poder do(s) pesquisador(es).

_____, _____ de _____ de 20____.

Assinatura do sujeito (professor ou familiar)	Assinatura do pesquisador
---	---------------------------